

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2006

I. MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Senhores Acionistas,

A Administração da CESP - Companhia Energética de São Paulo, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006.

O ano de 2006, ao mesmo tempo que registrou os 40 anos de atividades da CESP, marca o início de uma nova fase na vida empresarial da Companhia.

Desde julho, preparando-se para a Oferta Pública de Ações ao mercado - OPA, as ações da CESP passaram a ser negociadas no Nível 1 das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, tendo sido incorporadas ao Estatuto Social da Companhia um conjunto de boas práticas de Governança que incluem: a criação de uma nova classe de ações preferenciais - a Preferencial Classe B - à qual foi concedido o direito de recebimento de 100% do valor pago às ações ordinárias em caso de alienação do controle da Companhia ("tag-along"); mandato de 2 anos para os membros da Diretoria e do Conselho de Administração; 20% dos membros do Conselho de Administração obrigatoriamente independentes; a adesão à Câmara de Arbitragem da BOVESPA para a resolução de controvérsias de natureza societária; a elaboração das demonstrações financeiras, a partir do exercício que se iniciará em janeiro de 2009, de acordo com os padrões internacionais da International Accounting Standards Board (IFRS) ou as normas de contabilidade utilizadas nos Estados Unidos da América, conhecidas como United States Generally Accepted Accounting Principles (US-GAAP).

Em agosto foi concluído o processo de capitalização da Companhia mediante Oferta Pública de Ações ao mercado - OPA, no montante de R\$ 3,2 bilhões, tendo o acionista controlador integralizado o montante de R\$ 1,2 bilhão, resultante da venda do controle acionário da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, privatizada no âmbito do Programa Estadual de Desestatização do governo do Estado de São Paulo. O mercado respondeu pelos restantes R\$ 2,0 bilhões, com a integralização em PNB's, ações que passaram a concentrar a liquidez das ações da CESP no mercado.

O Patrimônio Líquido cresceu 44,0%, passando o Capital Social para R\$ 5,9 bilhões. Os recursos provenientes do aumento de capital foram aplicados na redução da dívida financeira, de modo que o Endividamento Líquido da Companhia, representado pelo Passivo Circulante e Não Circulante deduzido do Ativo Circulante e Não Circulante, foi reduzido em 31%, equivalentes a R\$ 3,4 bilhões. A relação Endividamento Líquido/Geração de Caixa ("EBITDA") passou de 10,1 vezes em 2005, para 5,8 vezes em 2006.

A receita operacional cresceu 14,0%, principalmente pela recuperação nos volumes de energia vendida, sendo que o ano de 2006 também registrou a marca histórica de produção anual de energia da CESP, alcançando 42.896 GWh.

O recorde de produção só foi possível pela eficiente gestão da manutenção e da produção, que tem proporcionado ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, maior disponibilidade de unidades geradoras. Esse fato, aliado à nova estrutura de capital e à adequação do perfil da dívida à capacidade de geração de caixa, deverá favorecer, para os próximos anos, um desempenho empresarial promissor que será revertido ao acionista da CESP.

II. O SETOR ELÉTRICO

Temas polêmicos, como a cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE de consumidores livres, as revisões tarifárias de distribuição e transmissão e o fornecimento de gás para as usinas térmicas fizeram parte dos debates para o aperfeiçoamento do modelo setorial em 2006, assim como a realização sistemática dos leilões de energia existente (A-1), de energia nova (A-3 e A-5), dos leilões de subestações e de linhas de transmissão.

No ano de 2006 houve uma redução das sobras de energia fazendo com que os preços da energia existente evoluíssem de cerca de R\$ 62,00 por MWh, alcançados no mega-leilão de 2004, para aproximadamente 105 R\$/MWh, alcançados no último leilão.

O governo, optando por planejamento setorial de longo prazo, apresentou o Plano Decenal de Expansão - PDEE 2006-2015 e o Plano Nacional de Energia 2030.

O PDEE relacionou uma série de potenciais novas obras, principalmente hidrelétricas, dentre as quais destacam-se as Usinas de Belo Monte (11.181 MW), no Rio Xingu (PA), e do Complexo Rio Madeira (6.450 MW), no Rio Madeira (RO), para atender o aumento da demanda de energia no país nos próximos dez anos. Esta energia será adicionada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) por meio de linhas de transmissão.

De acordo com o PDEE, a Usina de Belo Monte deverá iniciar sua operação comercial a partir de 2013 e as do Complexo Rio Madeira, composto pelos Aproveitamentos Hidroelétricos de Santo Antônio (3.500 MW) e Jirau (3.900 MW), deverá iniciar sua operação comercial a partir de 2011. Para tanto, de acordo com a legislação setorial, o leilão, denominado A-5, para a contratação da energia oriunda do Complexo Rio Madeira deverá ocorrer em 2007.

O setor elétrico espera uma rápida solução dos problemas referentes aos custos decorrentes destes projetos, tanto em termos da implantação da central geradora quanto do sistema de transmissão, e os de ordem ambiental dessas usinas, pois são importantíssimas para o equilíbrio da oferta com a demanda de energia elétrica a partir de 2011, já que esses empreendimentos serão responsáveis por 10% da capacidade instalada do SIN em 2015.

Um plano alternativo baseado em incrementar o parque termelétrico, no momento em que está se colocando em xeque o abastecimento de gás, poderá gerar incertezas quanto ao risco de déficit e consequentemente reflexos no Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

III. A CESP E SEU MERCADO EM 2006

A CESP possui um parque gerador exclusivamente hidráulico, formado por seis usinas hidrelétricas, todas no Estado de São Paulo. No rio Paraná estão as usinas de Ilha Solteira (3.444 MW), Engenheiro Souza Dias (Jupiá - 1.551 MW) e Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera - 1.540 MW); no rio Tietê, está localizada a usina Três Irmãos (808 MW); e as usinas de Paraibuna (85 MW) e Jaguari (28 MW) estão respectivamente nos rios que levam os seus nomes. As seis usinas totalizam 7.456 MW de capacidade instalada e 3.916 MW médios de energia assegurada. Em 2006, a CESP produziu 4.897 MW médios de energia em suas usinas, colocando-se como a quarta geradora do país em potência instalada e a terceira em produção de energia elétrica.



Localização das Usinas Hidrelétricas

Adaptada às alterações na estrutura regulatória do Setor Elétrico, introduzidas pelo Plano de Reestruturação do Setor Elétrico (RE-SEB) e pelo Novo Modelo, a CESP tornou-se uma Empresa competitiva e preparada para atuar nos Ambientes de Contratações Livre e Regulado.

Utilizando eficiente gestão de manutenção e produção, que proporcionou maior disponibilidade de unidades geradoras, no dia 6 de dezembro de 2006, um dia após completar quarenta anos de existência, a CESP atingiu a marca histórica de 40.000 GWh produzidos em um ano.

Para diversificar seu portfólio de clientes, a Companhia ampliou sua participação no Mercado Livre e passou a atender os Consumidores Livres e as Comercializadoras. Em 2006, dos 3.916 MW médios de energia assegurada, aproximadamente 46% das vendas destinaram-se a esse mercado, cerca de 52% ao Mercado Regulado para o suprimento das Distribuidoras de Energia e o restante, cerca de 2%, foi negociado na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para atender o mercado "Spot". Pioneira na venda de energia no Mercado Livre, a CESP possui 38 clientes Consumidores Livres.

PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A produção de energia elétrica das usinas da CESP é programada e executada de acordo com os Procedimentos de Rede e sob a coordenação do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, garantindo-se a preservação de seus ativos e o cumprimento de suas obrigações sociais e ambientais.

Sua produção em 2006 correspondeu a 60% da energia elétrica produzida no Estado de São Paulo e a 10% de toda energia elétrica produzida no Brasil.

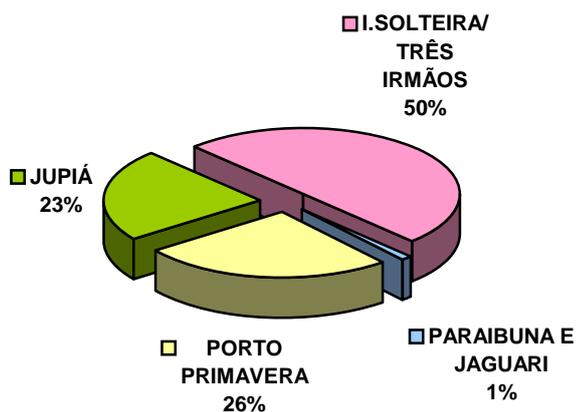
Potência Instalada e Energia Assegurada em 2006

Usinas	Potência Instalada MW	Energia Assegurada MW Médio (2)
Ilha Solteira (1)	3.444	1.949
Três Irmãos	808	-
Jupiá	1.551	886
Porto Primavera	1.540	1.017
Paraibuna	85	50
Jaguari	28	14
Total	7.456	3.916

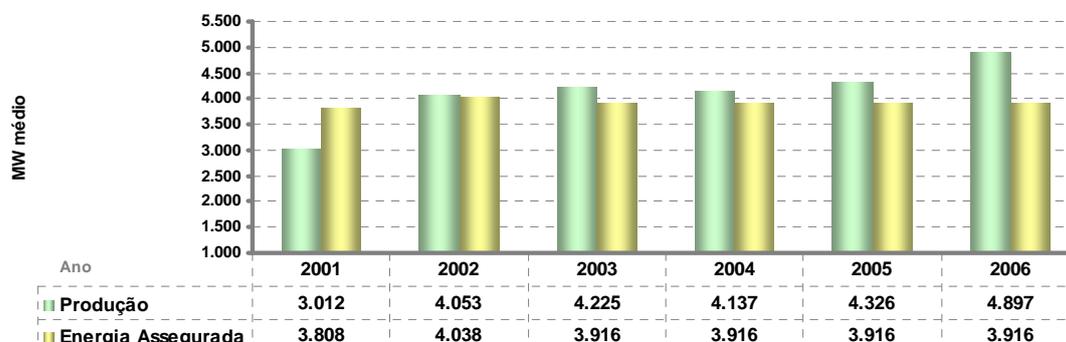
(1) A Energia Assegurada de Ilha Solteira inclui a de Três Irmãos.

(2) Valor da energia assegurada na barra das usinas.

Energia Assegurada da CESP por usina - 2006



Energias Produzida e Assegurada - 2001 a 2006

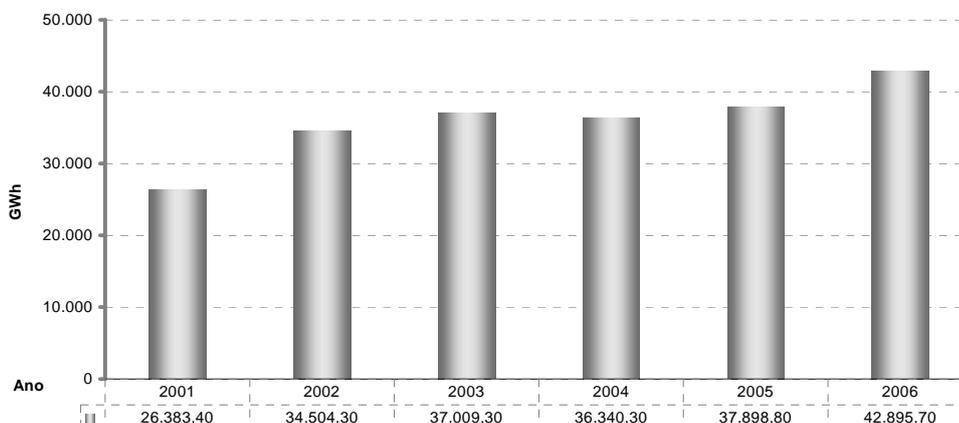


No ano de 2006, a produção da CESP foi significativamente maior que sua energia assegurada, devido ao aumento da produção determinada pelo ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, em função do incremento do suprimento para a região Sul do país, através do intercâmbio com a região Sudeste, face ao longo período de hidrologia desfavorável naquela região.

Produção por Usina (GWh) de 2001 a 2006

Usinas	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Ilha Solteira	11.390,5	14.202,6	16.172,4	15.807,8	16.712,1	18.969,1
Três Irmãos	1.177,7	2.920,8	2.512,2	2.053,1	2.023,5	2.597,4
Jupiá	7.184,7	8.433,2	8.948,4	8.801,0	9.121,9	10.056,5
Porto Primavera	6.174,1	8.585,4	9.057,1	9.445,4	9.670,9	10.736,3
Paraibuna	362,4	270,4	264,5	197,6	271,5	408,3
Jaguari	94,0	91,9	54,7	35,4	98,9	128,1
Total	26.383,4	34.504,3	37.009,3	36.340,3	37.898,8	42.895,7

Evolução da Produção (GWh)



COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Em 2006, a energia assegurada da CESP foi comercializada no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, por meio dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR's com as distribuidoras e dos contratos de venda às pequenas distribuidoras com carga menor que 500 GWh/ano; no Ambiente de Contratação Livre - ACL, mediante contratos de venda de energia elétrica de longo, médio e curto prazo (ex-post), negociados com as comercializadoras e consumidores livres e as diferenças entre a energia produzida, energia assegurada e a energia contratada foram contabilizadas e liquidadas pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE.

Ambiente de Contratação Regulado - ACR

A parcela de energia destinada ao ACR, com o início de vigência dos CCEAR's para o produto 2006, adicionou 1.178 MW médios aos 800 MW médios vigentes desde janeiro 2005, considerando os CCEAR's originais.

A legislação faculta às distribuidoras a redução dos CCEAR's em decorrência da saída de consumidores livres, por variação de mercado e contratos assinados antes da implementação do Novo Modelo, conforme o disposto na Lei nº 10.848/04 e no Decreto nº 5.163/04. Estas reduções são precedidas do processamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD pela CCEE. Foram processadas, desde o início dos CCEAR's até o final do ano de 2006, 563 cessões, acumulando uma redução nesse período de 109 MW médios.

A CESP obteve entre 2004 e 2006 os seguintes resultados nos leilões de energia, regulados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e realizados por intermédio da CCEE no ACR:

Eventos	Energia Comercializada	Período do Contrato	Preços
1º Leilão de Energia de Empreendimentos Existentes - 7/12/2004	800 MW médios	2005 a 2012	R\$ 62,10/MWh
	1.178 MW médios	2006 a 2013	R\$ 68,37/MWh
	20 MW médios	2007 a 2014	R\$ 77,70/MWh
2º Leilão de Energia de Empreendimentos Existentes - 2/4/2005	170 MW médios	2008 a 2015	R\$ 83,50/MWh
4º Leilão de Energia de Empreendimentos Existentes - 11/10/2005	120 MW médios	2009 a 2016	R\$ 93,43/MWh
1º Leilão de Energia de Novos Empreendimentos - 16/12/2005	148 MW médios	2010 a 2039	R\$ 116,00/MWh
2º Leilão de Energia de Novos Empreendimentos - 29/6/06	82 MW médios	2009 a 2038	R\$ 124,97/MWh

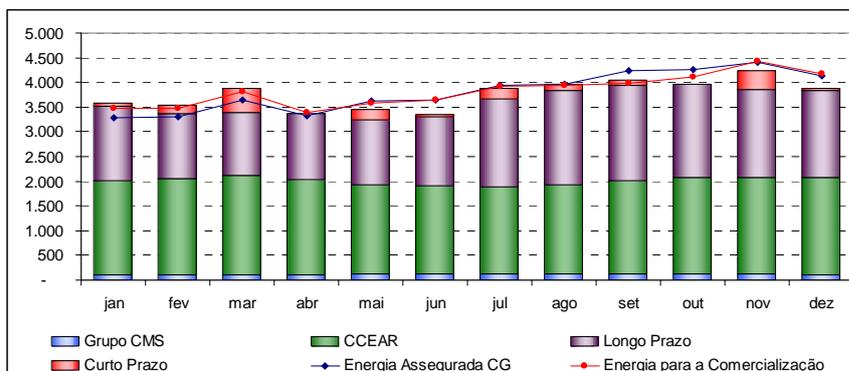
Ambiente de Contratação Livre - ACL

Nesse segmento de mercado em 2006, a parcela de energia referente aos contratos de médio e longo prazo correspondeu a 1.618,7 MW médios e a de curto prazo foi de 127,2 MW médios.

Resultados da Comercialização de Energia

Em 2006, a CESP comercializou 3.764,30 MW médios em contratos, o que representou 98,4% da energia disponível para a comercialização (3.825,49 MW médios). Liquidou na CCEE o equivalente a 69,68 MW médios de energia no mercado "SPOT" ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD e ainda forneceu 941,00 MW médios de energia ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE ao preço da Tarifa de Energia de Otimização - TEO, mantendo uma posição superavitária durante todo o ano de 2006. A seguir, o gráfico comparativo das energias comercializadas em MW médios:

Gráfico comparativo: Energia Comercializada, Energia Assegurada e Energia Assegurada após a alocação do MRE (ano 2006).



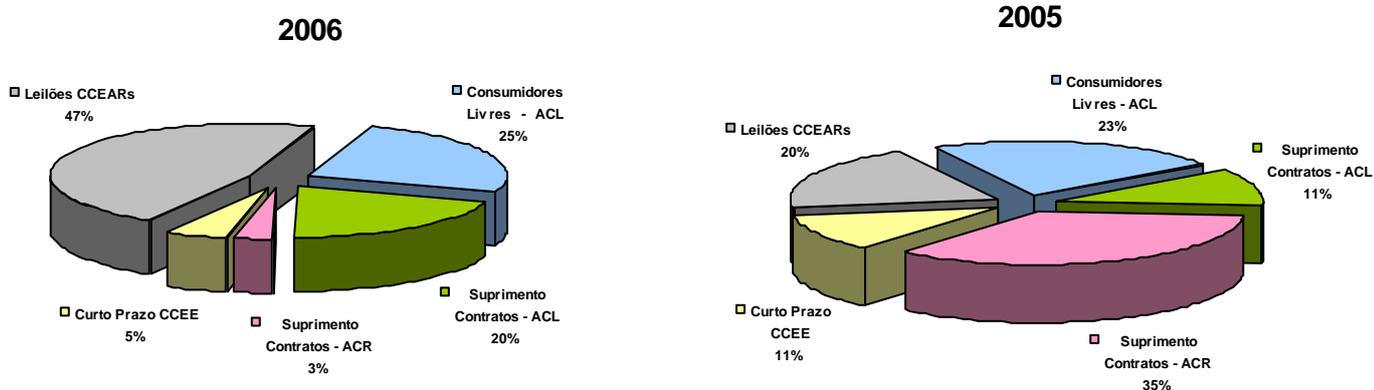
RESULTADO COMERCIAL EM 2006 - FATURAMENTO

No Ambiente de Contratação Regulada - ACR foram faturados R\$ 1.205 milhões, divididos em R\$ 1.130 milhões em energia contratada através dos CCEAR's com 35 distribuidoras e cerca de R\$ 75 milhões de reais em energia contratada com 4 pequenas distribuidoras com carga inferior a 500 GWh/ano (Nota 25.3(4)).

No Ambiente de Contratação Livre - ACL, o faturamento total correspondeu a R\$ 1.082 milhões em energia contratada nos contratos bilaterais de longo e curto prazo, distribuídos em 57 clientes, sendo atendidos 38 consumidores livres, com receita correspondente ao fornecimento de energia no valor de R\$ 611 milhões e 19 comercializadoras no segmento de suprimento de energia no valor de R\$ 471 milhões (Nota 25.3(3)).

A receita obtida pela Companhia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE totalizou R\$ 129 milhões de reais, composta por receita proveniente do mercado "SPOT" e do MRE (Nota 25.3(5)).

Distribuição da Receita por Segmento



IV. SISTEMA ELÉTRICO DA CESP

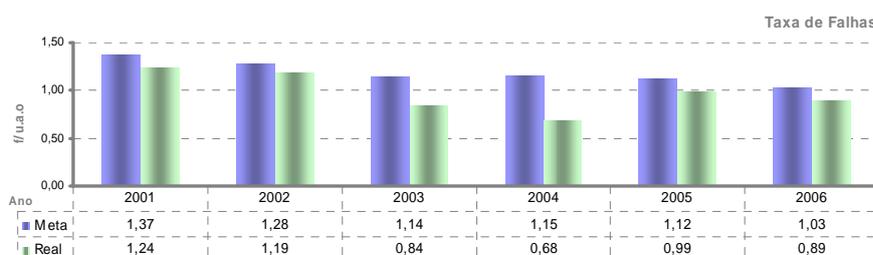
A CESP tem garantido o atendimento dos compromissos comerciais da empresa, conciliado às exigências regulatórias de Disponibilidade (Resolução ANEEL nº 688/2003) e Sistêmicas (necessidades de geração para atender a demanda sistêmica) dentro de princípios de economicidade.

A comprovação do desempenho satisfatório da manutenção é feita através de indicadores de disponibilidade (conceito de produtividade) e de taxa de falhas (conceito de confiabilidade), que sinalizam claramente a correta atuação, quando atingidas as metas estabelecidas para cada indicador.

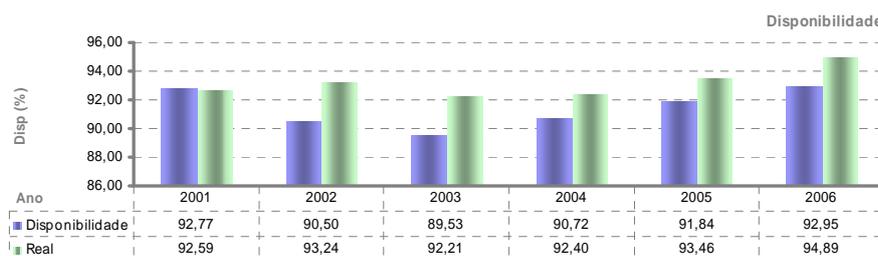
As metas de desempenho para estes indicadores são estipuladas anualmente com base em históricos de ocorrências de desligamentos, cujo objetivo final é o de constituir um desafio às equipes de manutenção para a busca da excelência na geração de energia elétrica, em consonância com os objetivos da empresa.

É sensível a melhoria nos índices nestes últimos anos. Os gráficos a seguir ilustram as taxas de falhas e disponibilidade verificadas entre 2001 e 2006, com suas respectivas metas:

Índice de Taxas de Falhas por unidade ano de operação (f/u.a.o.)



Índice de Disponibilidade (%)



A Taxa de Falhas verificada em 2006, de 0,89 f/u.a.o. (taxa de falhas por ano de operação), atendeu plenamente a meta estabelecida pela Empresa, de 1,03 f/u.a.o., e teve resultado melhor do que 2005 (0,99 f/u.a.o.), indicando que as implementações realizadas continuamente no sentido de agregar confiabilidade à operação das unidades geradoras vêm apresentando resultados satisfatórios.

A Disponibilidade verificada em 2006, de 94,89%, também atendeu plenamente a meta estabelecida (92,95%), e também apresentou resultado superior ao de 2005, que foi de 93,46%, indicando que o planejamento da manutenção, focando-se na maximização dos resultados da Empresa, está sendo eficaz.

Transferência da Linha de Transmissão de 440 kV

Em 2006, foi consolidada a transferência para a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, das linhas de transmissão 440 kV Porto Primavera-Taquaruçu, Circuitos C1 e C2, e dos "bays" de linha da Subestação Taquaruçu, pelo valor de R\$ 86.072 milhões, referidos à outubro de 2005, em atendimento ao disposto na Resolução Autorizativa da ANEEL nº 376/2005.

MELHORIAS NAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DAS USINAS

Foram executados programas de manutenção preventiva, corretiva e contratual nas seguintes usinas:

- UHE Ilha Solteira: manutenção das unidades geradoras nºs 2, 12 e 14;
- UHE Três Irmãos: manutenção das unidades geradoras nºs 1, 2 e 3;
- UHE Jupia: manutenção das unidades geradoras nºs 7 e 8. Para agregar maior confiabilidade no processo de geração de energia, foram substituídos os transformadores de corrente 440 kV das unidades geradora nºs 7 e 9; concluídos os serviços de impermeabilização de 26.000 m² de cobertura da Casa de Força (pisos da Subestação 440 kV) para a eliminação de infiltrações pluviais. Além disso, prosseguem a reforma geral e atualização tecnológica dos dois grupos geradores auxiliares, a implantação da automação e monitoramento completa dos grupos auxiliares e o plano de reforma e/ou aquisição de todos os transformadores da Usina, com a reforma de mais quatro transformadores elevadores de tensão;
- UHE Porto Primavera: manutenção das unidades geradoras nºs 4 e 7. Concluído o sistema automático de tratamento da água do sistema de resfriamento da Usina, para controle do mexilhão dourado, com ganhos diretos nas disponibilidades das unidades geradoras e nos custos de manutenção constatados e prosseguem os serviços para implantação do novo Sistema de Controle e Supervisão Digital, com previsão de conclusão em 2007.

OUTRAS OBRAS COMPLEMENTARES

UHE Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) - Usina e Eclusa

- Término da instalação do sistema de ventilação (Casa de Força) e do sistema de ar condicionado (Edifício de Comando), estando em andamento o comissionamento dos sistemas, com conclusão prevista para 2007;
- Conclusão da instalação da 2ª máquina limpa-grades, no lado montante da Casa de Força;
- Instalação do 2º grupo diesel gerador de emergência;
- Em fase de conclusão a transferência dos materiais e equipamentos do almoxarifado central (provisório de obras) para o almoxarifado definitivo da Usina, com posterior desmontagem dos galpões provisórios;
- Conclusão da desmobilização do canteiro de Obras Civis, com desmontagem dos armazéns e reafeiçoamento das áreas do canteiro industrial da Usina e das áreas de empréstimo da Barragem de Terra da Margem Esquerda;
- Recuperação do pavimento da estrada a jusante da Barragem de Terra;
- Construção de galpão para abrigar veículos e equipamentos da Usina;
- Em andamento a modernização do sistema de supervisão, controle e operação (Centralog), com término previsto para final de 2007;
- Início da instalação do sistema de monitoramento, vigilância e evacuação da Usina, com término previsto para 2007.

V. ATIVIDADES MITIGATÓRIAS, COMPENSATÓRIAS, SÓCIO-COMUNITÁRIAS E AMBIENTAIS

Entre as seis usinas hidrelétricas atuais, quatro foram implantadas anteriormente ao surgimento da legislação ambiental de 1986: UHEs Ilha Solteira, Jupuíá, Paraibuna e Jaguari. As outras duas, UHEs Porto Primavera e Três Irmãos, foram licenciadas de acordo com o previsto na atual legislação.

As UHEs Jaguari e Paraibuna encontram-se com os seus respectivos licenciamentos devidamente regularizados pela Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, nos termos da legislação. Não obstante, a CESP desenvolve nesses dois Empreendimentos ações referentes ao manejo de flora e manejo pesqueiro e de avifauna, além de atividades afetas à educação ambiental.

No caso das UHEs Porto Primavera e Três Irmãos, os programas ambientais implantados ou em implantação são decorrentes do Estudo de Impacto Ambiental, constituindo-se, assim, em compromissos assumidos pela empresa que resultam na obrigatoriedade legal de sua execução para a obtenção e manutenção das licenças ambientais necessárias à operação dos empreendimentos.

A CESP realiza programas permanentes destinados a minimizar os reflexos da alteração ambiental para as populações sob influência dos seus empreendimentos, bem como para a preservação e reparação do meio-ambiente.

Os programas referem-se a monitoramento de encostas marginais, nível do lençol freático, sedimentos, fauna relocada, avifauna, sítios arqueológicos, qualidade da água, áreas de reprodução da ictiofauna, produção pesqueira, equipamentos para transposição de peixes, infestação de macrófitas, vetores hospedeiros intermediários de doenças, atividades do setor de areia e cascalho e oleiro-cerâmicas, suas unidades industriais e uso dos estoques de argila.

Outros programas exigem a execução de obras de natureza mitigatória e compensatória, tais como pontes, estradas, travessias, reassentamentos populacionais, relocação de estruturas e áreas de lazer, incubadoras industriais, matadouros, escolas e centros de convivência comunitários.

Em 2006, pode-se ressaltar a produção nos viveiros de Primavera, Jupuíá e Paraibuna, de cerca de 1.100.000 mudas de árvores de espécies nativas e a implantação de aproximadamente 133,00 hectares de reflorestamento nas margens dos reservatórios das UHEs Três Irmãos e Porto Primavera, correspondendo à cerca de 222.000 mudas. Das atividades de Fomento Florestal, que consiste no fornecimento de mudas e assistência técnica ao plantio realizado pelo interessado, foram implantados perto de 168,00 hectares em todos os reservatórios, correspondendo a 279.000 mudas. O restante das mudas produzidas será utilizado na implantação dos reflorestamentos já contratados, no decorrer do ano de 2007.

Tendo em vista a interação flora e fauna, foram produzidas 94 aves nativas de diversas espécies, a maioria introduzida na região do Vale do Paraíba, contribuindo para a dispersão de sementes e a conservação de matas ciliares, de fundamental importância na manutenção do equilíbrio ecológico nessa região. O manejo da fauna incluiu a produção e soltura de cerca de 3.567.000 alevinos de oito espécies de peixes nos reservatórios das usinas de Jupuíá, Três Irmãos, Ilha Solteira e Porto Primavera, além da operação, na UHE Porto Primavera, dos equipamentos de transposição para peixes, escada e elevador, que constituem-se em sistema inédito no Brasil.

OBRAS E SERVIÇOS E OUTRAS ATIVIDADES DE NATUREZA MITIGATÓRIA E COMPENSATÓRIA

Área de influência do reservatório de Porto Primavera

Diversas obras nos municípios afetados pela formação do reservatório de Porto Primavera, de natureza mitigatória e de natureza compensatória, destacando-se as seguintes:

- Conclusão das obras da Igreja e do Centro Comunitário no Reassentamento Populacional Porto João André, Brasilândia - MS;
- Em andamento a 2ª etapa do Anel Viário, com extensão de 1.600 m, em Presidente Epitácio - SP, envolvendo, além da pavimentação asfáltica, a execução do sistema de drenagem para captar águas pluviais de aproximadamente metade da área urbana, com conclusão prevista para meados de 2007;
- Iniciada a recuperação das proteções avariadas nas encostas ao longo da orla de Presidente Epitácio, SP;
- Iniciadas as obras da área de lazer de Santa Rita do Pardo, última obra prevista no Termo de Ajustamento de Conduta, celebrado em 2001 com o Governo do Estado, Ministério Público Estadual e Prefeituras do estado de Mato Grosso do Sul.

Área de influência da UHE Engenheiro Souza Dias (Jupiá)

Celebrado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público Estadual e a Prefeitura Municipal de Três Lagoas, MS, para recuperação de áreas exploradas para extração de solos e cascalhos, empregados na construção de Jupiá.

Área de influência dos reservatórios Paraibuna e Jaguari

O reconhecimento da função estratégica dos Reservatórios Paraibuna e Jaguari, para todo o Vale do Paraíba e para a Região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, que utiliza a água armazenada em nossos reservatórios, associada à Gestão junto aos Comitês de Bacia, torna a UHE de Paraibuna estratégica para a CESP, exigindo fiscalização das bordas dos reservatórios, visando a segurança patrimonial e ambiental e a manutenção da integridade das barragens, evidencia que o trabalho das equipes envolvidas é dinâmico, constante e crescente.

A CESP, em conjunto com os Comitês de Bacias do Rio Paraíba do Sul e às entidades afins como a Agência Nacional de Águas - ANA, Operador Nacional do Sistema - ONS e outras, aliada à precipitação pluviométrica no período resultaram na manutenção dos níveis dos reservatórios Paraibuna/Paraitinga e Jaguari, que são os grandes responsáveis pela perenidade do Rio Paraíba do Sul, na seca e pela colaboração no armazenamento de água quando de chuvas nas cabeceiras dos reservatórios, evitando enchentes a jusante. Estes reservatórios são vitais para o abastecimento d'água em várias cidades do Vale do Paraíba e pelo abastecimento de água de mais de 80% da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro.

Com a recuperação do nível do reservatório Paraibuna foi possível dar continuidade ao programa de manutenção nas balsas e rebocadores que operam no Reservatório Paraibuna (3 portos distintos Paraitinga, Varginha e Natividade da Serra). São 4 balsas e 4 rebocadores que atendem a esta demanda.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A CESP mantém o Programa de Visitas Monitoradas às suas instalações, que incluem usinas, reservatórios e instalações destinadas à preservação do meio ambiente e a ações sociais. Em 2006, as unidades da CESP receberam 67.836 visitantes. Foram estudantes, técnicos, engenheiros, estrangeiros e público em geral.

A CESP desenvolve uma série de ações de responsabilidade social por meio de afiliação ou colaboração com entidades que atuam na área educacional, cultural e social. Entre essas entidades estão a Fundação Energia e Saneamento; Coep - Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida; Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente; Associação Paulista Viva; Instituto Educacional Amélia Rodrigues; Associação Viva e Deixe Viver; Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia e Fundação Dorita Nowill, Adeva - Associação de Deficientes Visuais e Amigos.

PROTEÇÃO À INFÂNCIA

Em 2006 a CESP manteve sua participação como empresa mantenedora fundadora do Instituto Criança Cidadã - ICC, entidade educacional que tem por desafio a continuidade dos projetos criados pela CESP em 1987, como os projetos Creche Pré-Escola, Complementação Escolar e Centro de Iniciação ao Trabalho.

Mais de 5.000 pessoas, entre crianças, jovens e adultos, todos moradores de comunidades carentes das regiões leste, sul e oeste da capital e do município de Guarulhos, foram beneficiados com alimentação balanceada, supervisionada por nutricionista; apoio integral ao desenvolvimento da criança, desenvolvido por uma equipe multidisciplinar de saúde; educação infantil básica, arte educação e educação para o trabalho, oferecida por educadores, coordenadores e diretores educacionais treinados para tal fim, e atividades voltadas ao esporte e lazer, ao desenvolvimento comunitário e à geração de renda, articuladas por todas as Unidades Educacionais do ICC.

Reconhecido como de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal e certificado pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS como Entidade Beneficente de Assistência Social, o ICC tem no importante apoio e compromisso social da CESP, todas as condições para realização de seu trabalho e de manutenção de suas 13 Unidades Educacionais.

A CESP, por este investimento social é Certificada pela Fundação Abrinq como "Empresa Amiga da Criança" e premiada com o Top Social da ADVB - Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil.

Programa de Educação Ambiental

Na área sócio-econômica, a Empresa deu continuidade ao desenvolvimento de atividades no setor produtivo, assistência técnica, extensão rural e educação ambiental dos projetos de remanejamento populacional das UHEs Porto Primavera e Três Irmãos, já instalados. Visando contribuir com o avanço da conscientização ambiental das pessoas que têm relação direta ou indireta com os empreendimentos, o Programa de Educação Ambiental realizou cursos, palestras e visitas monitoradas que reuniram em 2006, cerca de 63.150 participantes. Estão em andamento os trabalhos de monitoramento sócio-econômico dos projetos de reassentamento rural e urbano da UHE Porto Primavera.

Museu de Memória Regional

Como parte integrante das atividades do Programa de Resgate e Valorização da Memória Regional da UHE Porto Primavera foi inaugurado em novembro de 2006 o Museu de Memória Regional, instalado na área do viveiro de mudas de Porto Primavera, cujo objetivo é contribuir com a preservação de traços da identidade histórico-cultural e do meio natural da região. O acervo reunido consiste de 2.500 fotos, 264 depoimentos (214 em áudio e 50 em vídeo) e 20 peças (artesanato, mobiliário, utensílios e equipamentos de produção).

Cervo do Pantanal/Onças

Com a conclusão dos estudos de avaliação do impacto do enchimento do reservatório da UHE Porto Primavera sobre o cervo do pantanal, continua em andamento um plano de manejo enfocando a qualidade do habitat do cervo em função das interferências humanas e a evolução genética das populações dos cervos.

A CESP, juntamente com a Associação para Conservação de Carnívoros Neotropicais - Pró-Carnívoros vem desenvolvendo no Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema um programa estrutural de manejo e conservação de grandes felinos, incluindo as onças parda e pintada.

ESTUDOS E PROJETOS

Foram desenvolvidos diversos projetos para as obras e atividades, com destaque para:

UHE Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera)

Usina:

Casa de Força - Projetos elétricos complementares no sistema de serviços auxiliares; estudos para implementação do esquema de controle de emergência (ECE) solicitado pelo ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico;

Sistema Elétrico - Estudos para possibilitar a conexão do sistema da empresa Porto Primavera Transmissora de Energia Ltda. - PPTE, em 460 kV, à UHE Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera).

Reservatório:

Revisão do projeto da Área de Lazer em Santa Rita do Pardo - MS.

Reservatório da UHE Engenheiro Souza Dias (Jupia)

Projetos de recuperação de Área de Empréstimo do Posto Fiscal.

Edifícios Sede I e Sede II

As obras de reforma e reconstrução dos edifícios sinistrados em 1987, iniciadas em março de 2001, tiveram continuidade encontrando-se na seguinte situação:

- estruturas de concreto - concluídas;
- estruturas metálicas de cobertura dos edifícios e do heliponto - continuam interrompidas em função de embargo judicial, impetrado pelo Banco Safra S.A., em julho de 2005;
- "pele-de-vidro" - concluídas até o 18º andar, sendo que o restante, na porção superior dos edifícios, será realizada após a suspensão do embargo mencionado;

- alvenarias internas - em andamento;
- instalações prediais - em andamento, estando concluídas as instalações e equipamentos dos subsolos de garagem.
- Os edifícios estão sendo construídos seguindo um padrão de acabamento superior e contarão com moderna tecnologia de instalações, como piso elevado, sistema de climatização tipo "forro gelado", sistema de automação, além de acabamentos de primeira linha, como pisos em granito e fachada em "pele-de-vidro".

PROJETOS DE EXPANSÃO PARA OS ANOS SEGUINTE

A CESP, como terceira empresa brasileira em geração de energia elétrica, detentora de um parque hidroelétrico estrategicamente posicionado próximo ao centro de consumo, possui praticamente toda sua energia disponível alocada em contratos de venda de longo prazo.

Com o advento da Resolução Normativa ANEEL nº 210/2006, a CESP pode comercializar energia proveniente de terceiros, aumentando a flexibilidade de negócios.

Com a conclusão da motorização da 14ª máquina da UHE Porto Primavera, em novembro de 2003, encerrou-se o ciclo de obras de geração tradicional da companhia, baseado no antigo modelo de monopólio estatal.

A CESP não planeja investir em novos empreendimentos para expansão na oferta de energia elétrica e direcionará seus recursos para a redução do seu endividamento, manutenção e modernização de seu atual parque gerador.

VI. GESTÃO PELA QUALIDADE

Certificação ISO

Como produto dos seus programas de melhorias, a CESP tem buscado manter a certificação ISO na empresa, com ganhos de transparência em seus processos e dentro de conceitos universais, associados à norma.

Dentro desse enfoque, a CESP manteve a atualização de suas certificações na versão NBR ISO 9001:2000 para os seguintes processos operativos:

- Geração de Energia Elétrica em 13,8 kV da Usina Hidrelétrica Engenheiro Souza Dias (Jupiá);
- Avaliação da Segurança de Barragens da CESP - Divisão de Engenharia de Manutenção Civil e Segurança de Barragens;
- Controle da Produção de Energia Elétrica da CESP - Centro de Controle de Produção;
- Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Empregados da CESP - Divisão de Programação e Gestão da Manutenção;
- Usina Hidrelétrica Ilha Solteira, ampliação do escopo da certificação para Geração de Energia Elétrica em 14,4 kV da Unidade de Produção Ilha Solteira/Três Irmãos.

Em abril, as usinas Paraibuna e Jaguari foram certificadas pela norma NBR ISO 9001:2000, pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini, com o escopo: "Geração de Energia Elétrica, regularizando a vazão do Rio Paraíba do Sul, promovendo o manejo de flora e fauna, educação ambiental e travessias lacustres da Unidade de Produção Rio Paraíba, compreendendo as Usinas Hidrelétricas Paraibuna e Jaguari".

Três novos processos iniciaram a implantação do sistema de gestão: Unidade de Produção Porto Primavera; Divisão de Engenharia de Manutenção Eletromecânica e Divisão de Engenharia de Manutenção Civil e Segurança de Barragens, com certificação prevista para o primeiro semestre de 2007.

Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A formalização do Contrato de Concessão com a ANEEL em 12 de novembro de 2004 tornou obrigatório à CESP o investimento de 1% da Receita Operacional Líquida - ROL em P&D, de acordo com a Lei nº 9.991/2000.

– 1º ciclo (2005/2006)

Para esse ciclo serão destinados ao programa R\$ 21.035 milhões, sendo R\$ 8.414 milhões para o desenvolvimento de projetos sob gestão direta da CESP, assim que aprovados pela ANEEL, e o restante subdividido em R\$ 8.414 milhões pagos ao FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e R\$ 4.207 milhões contingenciados para pagamento à EPE - Empresa de Pesquisa Energética.

Inicialmente foram aprovados 4 projetos pela ANEEL, aguardando para 2007 a aprovação final da carteira para o início das atividades.

– 2º ciclo (2006/2007)

Serão destinados ao programa R\$ 20.885 milhões, sendo R\$ 8.354 milhões aos projetos de P&D. O restante será subdividido em R\$ 8.354 milhões a serem pagos em cotas ao FNDCT e R\$ 4.177 milhões a serem pagos também em cotas à EPE.

Os projetos selecionados pela CESP serão avaliados pela ANEEL em sessões técnicas, programadas para o início de 2007.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- Distribuídas as estações de trabalho adquiridas no final de 2005 e durante 2006, adotando-se a estratégia de remanejamento dos equipamentos substituídos. Esta iniciativa motivou, em média, outras duas substituições como repasse para os demais funcionários, promovendo melhorias nos equipamentos de aproximadamente 700 funcionários.
- Concluída a centralização do Sistema de Manutenção Técnica (Mantec), transferido-o para o ambiente computacional existente na Sede da Empresa. Para tanto, este sistema foi alocado em novo servidor de sistemas e dados e disponibilizado para todas as Unidades de Produção, com ganhos de performance e de disponibilidade de dados à área de controle da manutenção das usinas.
- Iniciada a implantação da rede de processos industriais, visando melhorar o controle das atividades operacionais realizadas nas usinas, a partir da Sede da Empresa, bem como aperfeiçoada a comunicação eletrônica entre as suas Unidades de Produção.
- Reestruturada a Rede Corporativa, melhorando a performance e a segurança no tráfego de dados em rede, além de proporcionar o incremento na otimização de equipamentos e na disponibilização de sistemas e serviços em rede.
- Implantada a certificação digital para o corpo executivo da Empresa, com o objetivo de aumentar a segurança no envio de mensagens eletrônicas e no acesso a sistemas corporativos, diminuindo a vulnerabilidade intrínseca que esses serviços possuem.
- Consolidada a infra-estrutura tecnológica com os seus sistemas mediante a atualização de equipamentos e softwares, possibilitando uma melhoria da produtividade e da segurança na utilização de sistemas informatizados, além de um efetivo gerenciamento dos recursos utilizados.
- Iniciado o projeto de atualização dos sistemas corporativos da Empresa com o módulo RH de Recursos Humanos e Folha de Pagamento. Com essa implantação, vários procedimentos que demandam mão-de-obra específica e terceirizada passarão a ser executados internamente, com recursos próprios, permitindo redução dos custos operacionais.

VII. INVESTIMENTO NO DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Treinamento e Desenvolvimento

No exercício de 2006 ocorreram 4.606 participações de empregados em treinamento nas categorias de cursos, palestras, seminários, congressos e eventos que totalizaram a carga horária de 8.240 horas.

Além dos cursos regulares de capacitação, outras ações de treinamento foram desenvolvidas, como o Programa de Idioma Estrangeiro, Cursos de Especialização e Programa de Concessão de Bolsa de Estudos.

Programa de Estágio Remunerado

O Programa, destinado a 42 estagiários, estudantes de nível universitário e de nível técnico, visa proporcionar-lhes a oportunidade para complementarem sua formação escolar. Os estudantes contam com bolsa de complementação, auxílio alimentação e assistência médico-hospitalar.

Aprendizes

A CESP tem como política contratar aprendizes, oriundos de famílias carentes, através de contrato com o Centro de Aprendizado e Monitoramento Profissional do Caxingui e o Núcleo Rotary de Aprendizagem Profissional – Nurap, visando proporcionar-lhes a oportunidade de obterem melhor aproveitamento do programa educativo ministrado pelas entidades e prepará-los para o mercado de trabalho. Durante sua permanência na empresa, por meio de um conjunto de ações integradas, eles passam por processo educativo que abrange sua profissionalização e a socialização para o ambiente do trabalho. No ano de 2006 foram destinadas 75 vagas ao Programa de Aprendizes.

Saúde

A CESP preocupa-se com a saúde dos empregados e excede o cumprimento das exigências legais tanto em ações afirmativas na área de saúde, promovendo campanhas e programas, como no estabelecimento do perfil dos exames médicos complementares, acompanhados através do PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.

Cerca de 1.100 doses de vacina antigripal foram aplicadas no programa de vacinação dos empregados, como ação de medicina preventiva de preservação da saúde do corpo funcional, que envolveu ações preventivas nas unidades, a saber:

- Semana de Controle da Pressão Arterial dos empregados lotados na Unidade de Produção de Jupia;
- Caminhadas matinais na Unidade de Produção de Ilha Solteira - Três Irmãos;
- Medidas de Prevenção do Risco de Doença cardíaco-vascular e da tireóide durante o exame periódico, com a realização de exames específicos, bem como a triagem dos empregados acima de 50 anos para a prevenção de tumor de colon;
- Programa de Controle de Peso e PA do grupo de mergulhadores em Ilha Solteira;
- Programa de Prevenção das Doenças decorrentes da Obesidade, com o Programa Vigilantes do Peso, na Capital.

Serviço Social

A CESP realizou atividades que visam o bem-estar social, físico e psicológico dos empregados, como:

- Orientações e esclarecimentos quanto à importância do controle da pressão arterial, da realização dos exames periódicos e os cuidados com a saúde e o bem-estar;
- Palestras sobre diversos temas como dependência química, economia doméstica, relacionamento familiar, além de incentivar o desenvolvimento de atividades que contribuam para a saúde física e psicológica dos empregados (ginástica, atividades recreativas, artísticas e sociais), enfocando a importância da qualidade de vida.

Além dessas atividades o Serviço Social também realiza:

- Atendimentos individuais aos empregados e familiares, através de orientações e encaminhamentos das demandas apresentadas (funeral, convênios médicos, visitas domiciliares e hospitalares, orientação financeira); atendimento às áreas da Empresa, visando dirimir conflitos; participação na organização da Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho - SIPAT, oferecendo temas que contribuam com problemáticas identificadas pelo Serviço Social.

Segurança do Trabalho

O compromisso com a promoção da segurança do conjunto de seus colaboradores é um valor institucional presente desde a criação da CESP, que se consolidou ao longo de sua história. Este compromisso vem sendo comprovado pelas excelentes taxas de segurança obtidas nas suas Unidades de Produção.

Em 2006, foram atingidos recordes na Unidade de Produção de Jupia, que completou 1.825 dias (1.839.854 homens/horas expostos ao risco) sem acidentes com afastamento de empregados e na Unidade de Produção de Ilha Solteira e Três Irmãos que completou 1.432 dias (1.641.522 homens/ horas expostos ao risco), também sem acidentes com afastamento de empregados.

Com foco na prevenção de acidentes e visando o bem estar dos colaboradores e prestadores de serviços, a equipe de Segurança do trabalho desenvolveu atividades rotineiras de inspeções nas instalações da CESP, destacando-se as seguintes:

- Controle de estatística de Acidentes CESP e Empreiteiras atualizadas e disponíveis para estudos de melhorias;
- Elaboração de avaliações ambientais nas diversas Unidades da Empresa;
- Realização de relatórios, pareceres técnicos e laudos para as questões dos adicionais de insalubridade e periculosidade para fins de aposentadoria especial;
- Realização de Treinamentos (NR-10, CIPA, Brigada de Incêndio, Procedimentos de Segurança);
- Participação na organização da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (Interior e Capital);
- Atendimento às unidades da empresa para manter a integração da Segurança do Trabalho com os novos métodos e processos de trabalho da Empresa;
- Assessoria ao Departamento de Meio Ambiente, a destinação final de Bifenilas Policloradas (Askarel) e demais condições;
- Coordenação de trabalhos no comitê de segurança e saúde da Funcog;
- Coordenação das novas medidas a serem implantadas para cumprir a norma NR-10, incluindo vestimentas, treinamento e outras medidas de controle;
- Palestras em todas as unidades da Empresa com representantes do governo, versando sobre a NR-10;
- Curso sobre Proteção Respiratória em todas as unidades da empresa;
- Participação no 5º SENSE: Cursos e temas relacionados aos agentes de riscos ambientais (ruído e vibrações);
- Promoveu curso sobre Previdência Social com peritos do INSS, com esclarecimento de dúvidas sobre: CAT, PPP, Auxílio Doença, Aposentadoria Especial e outros assuntos de interesse do SESMT e para todos interessados, em especial os profissionais de recursos humanos das unidades da empresa;
- Reuniões com DRTs, INSS, Corpo de Bombeiros, Cetesb e demais órgãos ligados diretamente as questões de segurança e saúde da empresa.

VIII. BALANÇO SOCIAL

	2006			2005		
	R\$ Mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ Mil	% sobre FPB	% sobre RL
1 - Base de Cálculo						
Receita líquida (RL).....				2.060.337		1.839.873
Resultado operacional (RO).....				813.188		592.852
Folha de pagamento bruta (FPB).....				163.544		139.981
2 - Indicadores Sociais Internos	R\$ Mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ Mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação.....	5.915	3,62%	0,29%	5.122	3,66%	0,28%
Encargos sociais compulsórios.....	36.965	22,60%	1,79%	30.280	21,63%	1,65%
Previdência privada.....	6.552	4,01%	0,32%	6.663	4,76%	0,36%
Saúde.....	7.418	4,54%	0,36%	6.101	4,36%	0,33%
Capacitação e desenvolvimento profissional.....	404	0,25%	0,02%	546	0,39%	0,03%
Creches ou auxílio-creche.....	79	0,05%	0,00%	74	0,05%	0,00%
Outros.....	230	0,14%	0,01%	396	0,28%	0,02%
Total - Indicadores sociais internos	57.563	35,20%	2,79%	49.182	35,13%	2,67%
3 - Indicadores Sociais Externos	R\$ Mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ Mil	% sobre RO	% sobre RL
Educação.....	1.500	0,18%	0,07%	1.058	0,18%	0,06%
Total das contribuições para a sociedade	1.500	0,18%	0,07%	1.058	0,18%	0,06%
Tributos (excluídos encargos sociais) (1).....	400.528	49,25%	19,44%	277.712	46,84%	15,09%
Total - Indicadores sociais externos	402.028	49,44%	19,51%	278.770	47,02%	15,15%
4 - Indicadores Ambientais	R\$ Mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ Mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a operação da empresa.....	13.838	1,70%	0,67%	8.686	1,47%	0,47%
Total dos investimentos em meio ambiente	13.838	1,70%	0,67%	8.686	1,47%	0,47%
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2006			2005		
Nº de empregados(as) ao final do período.....	1.403			1.284		
Nº de estagiários(as).....	42			42		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos.....	889			809		
Nº de mulheres que trabalham na empresa.....	206			189		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres.....	12,10%			13,80%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais....	9			0		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2006			Metas 2007		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	21,9			21		
Número total de acidentes de trabalho	14			12		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$): (1)	Em 2006: 2.116.233			Em 2005: 1.999.938		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	20% governo (6%) acionistas	11% colaboradores(as) 75% terceiros 0% retido		15% governo (10)% acionistas	11% colaboradores(as) 84% terceiros 0% retido	

(1) Anexo II - Informações Suplementares

IX. MERCADO DE CAPITAIS - REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA DA CESP

O ano de 2006 foi especialmente importante e decisivo para a CESP. Embora tradicionalmente a empresa apresente excelentes resultados operacionais, com forte geração de caixa, o seu grau de endividamento tem comprometido tais resultados.

Com o objetivo de reduzir o endividamento financeiro e de adequar o serviço da dívida à capacidade de geração de caixa, a Administração estruturou um programa para readequação da sua estrutura de capital e alongamento do perfil da dívida.

Neste sentido, o Governo do Estado de São Paulo, na qualidade de acionista controlador da CESP, fez realizar o leilão de privatização da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, tendo direcionado os recursos obtidos para aumento de capital na CESP, no montante de R\$ 1,2 bilhão.

Esta operação possibilitou a estruturação de uma Oferta Pública de Ações - OPA no montante de R\$ 2,0 bilhões, a maior registrada na BOVESPA nos últimos 5 anos, sendo os recursos integralmente utilizados na redução do endividamento financeiro da Companhia.

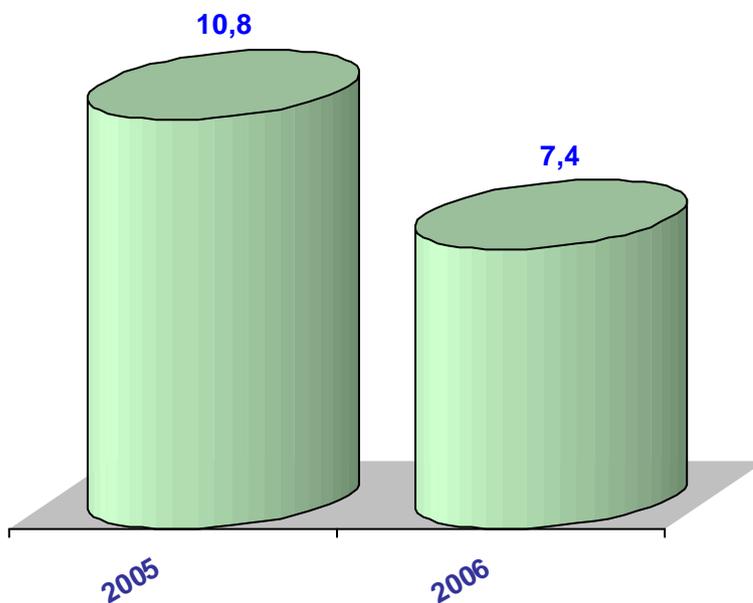
Em conjunto com a Oferta Pública de Ações, a Companhia aderiu ao Nível I das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BOVESPA, sinalizando o firme propósito de aperfeiçoar o relacionamento com o mercado financeiro. Adicionalmente, a Empresa optou por assumir outros compromissos que consolidam a determinação de melhoria de seus mecanismos de governança, como a adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado para solução de conflitos societários, a composição do Conselho de Administração com pelo menos 20% de conselheiros independentes com mandato unificado de 2 anos e divulgação das demonstrações financeiras pelos padrões da International Accounting Standards Board (IFRS) ou normas de contabilidade americanas, United States Generally Accepted Accounting Principles (US GAAP) a partir de janeiro de 2009.

Esses compromissos foram devidamente incorporados ao Estatuto Social, assim como a criação de uma nova espécie de ações, as Preferenciais Classe "B", onde os detentores participam em igualdade de condições com as ações Ordinárias na distribuição de dividendos obrigatórios e têm direito a receber 100% do valor pago ao acionista controlador em caso de alienação do controle ("Tag-Along"). Visando preservar os direitos dos acionistas existentes por ocasião da OPA, foi-lhes concedido um período de conversão de ações Ordinárias e ações Preferenciais Classe A em ações Preferenciais Classe B.

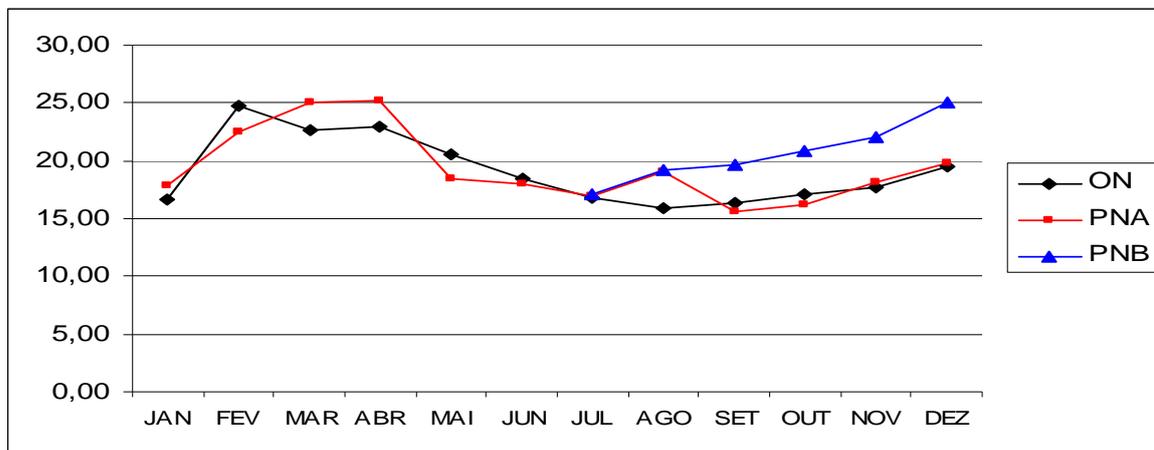
Ainda no campo da captação de recursos, no decorrer de 2006 a CESP firmou operações financeiras que envolveram cerca de R\$ 2,3 bilhões, sendo que as mais importantes referem-se ao lançamento das Séries 6 e 7 em Notas de Médio Prazo no mercado internacional, nos valores de R\$ 642 e R\$ 478 milhões, respectivamente, e o terceiro Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC III, no valor de R\$ 650 milhões.

Essas captações permitiram à companhia liquidar compromissos, reduzindo a sua dívida financeira de R\$ 10,8 bilhões em dezembro de 2005 para R\$ 7,4 bilhões em dezembro de 2006.

Dívida Líquida
 (Passivo Circulante + Não Circulante) (-) (Ativo Circulante + Não Circulante)
 (R\$ Bilhões)



DESEMPENHO DAS AÇÕES DA CESP EM 2006



MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ON	16,60	24,80	22,65	22,90	20,50	18,50	16,85	15,90	16,30	17,10	17,65	19,50
PNA	17,80	22,50	25,00	25,20	18,50	18,07	17,00	18,98	15,61	16,20	18,20	19,79
PNB	-	-	-	-	-	-	17,15	19,15	19,60	20,90	21,98	25,00

X. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

As receitas operacionais totais atingiram em 2006 o montante de R\$ 2.398 milhões, com crescimento de 14% em relação a 2005, resultado principalmente obtido com o aumento das receitas nos segmentos de fornecimento a consumidores livres e suprimento a agentes comercializadores (ambiente não regulado), e pela venda de energia dos contratos de leilão (Nota 25.3).

O aumento no volume (MWh) de suprimento de energia às distribuidoras através de Leilões de Energia, embora tenha sido expressivo em quantidade (quase 13%), não propiciou, neste exercício, acréscimo significativo de valores.

O Custo do Serviço de energia elétrica apresentado na Demonstração do Resultado, que totalizou R\$ 1.247 milhões em 2006, segmentado nos itens Custo com Energia Elétrica (encargos setoriais), Custo com Operação e Despesas Operacionais, manteve-se em linha com o exercício anterior, com elevação em alguns itens regulados, tais como Encargos de uso da rede elétrica/serviços do sistema de transmissão e Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, os quais têm suas tarifas determinadas pela ANEEL.

Em decorrência dos aspectos operacionais, a Companhia apresentou Resultado do Serviço da ordem de R\$ 813 milhões, 37% superior ao resultado de 2005.

A Geração Interna de Recursos medida pela LAJIDA/EBITDA (ajustada), conforme detalhado na Nota 30, teve crescimento de 11,3%, atingindo R\$ 1.371 milhões no exercício de 2006.

O resultado financeiro (negativo) decorre do endividamento da Companhia. A dívida em moeda estrangeira, que representa 53% da conta Empréstimos e Financiamentos da CESP, foi beneficiada pela valorização do real frente ao dólar norte-americano da ordem de 8,66%, proporcionando a reversão de R\$ 336 milhões em variações cambiais (positivas). Em contraposição, a apropriação de despesas de encargos sobre dívidas atingiu o total de R\$ 635 milhões (moeda nacional e estrangeira), além de despesas de variações monetárias nacionais, da ordem de R\$ 498 milhões (Nota 27).

Devido à liquidação de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (parcelas de principal), e, face à opção da Companhia (regime de caixa) para fins de tributação das variações cambiais positivas (liquidas) realizadas, foi apurado em 2006, lucro fiscal tributável, com apropriação a resultado de despesa com imposto de renda e contribuição social, recolhidos com base na legislação (Nota 29).

Decorrente dos eventos comentados, e, após a apropriação de reversão de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (passivo) sobre variações cambiais realizadas, e devidos sobre o lucro fiscal tributável, a Companhia encerrou o exercício com prejuízo de R\$ 118 milhões.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e com o previsto no Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02/2003, de 20 de março de 2003, a CESP esclarece que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, nos exercícios de 2005 e 2006, prestou a esta Companhia exclusivamente serviços de auditoria independente.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores em milhares de reais)

		<u>2006</u>	<u>2005</u>
ATIVO			
	Nota		
CIRCULANTE			
Disponibilidades.....	3	201.728	25.530
Aplicações financeiras.....	3	126.844	22.295
Consumidores.....	4	76.535	65.692
Revendedores.....	4	191.510	169.385
Valores a receber - Energia livre/RTE e CCEE.....	5	232.603	240.949
Valores a receber	6	38.800	22.899
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	4	(24.958)	(25.608)
Tributos e contribuições compensáveis.....	7	10.767	4.924
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	9	50.157	-
Almojarifado.....		13.435	15.517
Despesas pagas antecipadamente.....	10	93.280	22.456
Outros créditos.....	11	38.423	39.151
		<u>1.049.124</u>	<u>603.190</u>
NÃO CIRCULANTE			
Valores a receber - Energia livre/RTE.....	5	13.294	99.701
Valores a receber	6	45.931	45.799
Cauções e depósitos vinculados.....	8	135.060	94.852
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	9	686.570	776.420
Despesas pagas antecipadamente.....	10	164.469	-
Outros créditos.....	11	3.211	20.249
		<u>1.048.535</u>	<u>1.037.021</u>
Investimentos.....	12	126.624	134.020
Imobilizado.....	13	17.450.698	17.700.143
		<u>17.577.322</u>	<u>17.834.163</u>
		<u>18.625.857</u>	<u>18.871.184</u>
TOTAL DO ATIVO.....		<u><u>19.674.981</u></u>	<u><u>19.474.374</u></u>

As notas explicativas anexas e informações suplementares são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores em milhares de reais)

		<u>2006</u>	<u>2005</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota		
CIRCULANTE			
Fornecedores.....		63.992	88.414
Supridores de energia elétrica/Encargos de uso da rede elétrica.....		50.486	53.068
Tributos e contribuições sociais.....	14	62.087	44.676
Tributos e contribuições sociais - REFIS.....	15	33.613	26.085
Encargos de dívidas.....	16	122.220	113.907
Empréstimos e financiamentos.....	16	1.227.948	1.775.647
Valores a pagar.....	17	32.012	110.727
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC.....	18	452.624	341.291
Entidade de previdência a empregados.....	19	37.123	44.129
Taxas regulamentares.....	20	75.568	49.518
Obrigações estimadas e folha de pagamento.....		17.503	13.776
Provisão para contingências.....	21	104.439	131.494
Outros.....	22	92.168	54.615
		<u>2.371.783</u>	<u>2.847.347</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos.....	16	3.826.714	5.997.494
Valores a pagar.....	17	176.561	282.097
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC.....	18	1.163.617	1.052.031
Entidade de previdência a empregados.....	19	497.013	558.615
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	9	542.980	701.731
Tributos e contribuições sociais.....	14	341.814	319.369
Tributos e contribuições sociais - REFIS.....	15	173.189	199.007
Taxas regulamentares.....	20	12.151	16.224
Provisão para contingências.....	21	284.817	274.479
Outras obrigações.....		15.481	15.481
Outros.....	22	122.399	145.672
		<u>7.156.736</u>	<u>9.562.200</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social.....	23.1	5.975.433	2.775.433
Reservas de capital.....	23.3	5.542.119	5.542.119
Prejuízos acumulados.....		(1.371.090)	(1.252.725)
		<u>10.146.462</u>	<u>7.064.827</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....		<u>19.674.981</u>	<u>19.474.374</u>

As notas explicativas anexas e informações suplementares são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005**

(Valores em milhares de reais, exceto prejuízo por lote de mil ações)

	2006	2005
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento de energia (Nota 25.3).....	609.010	489.444
Suprimento de energia - Contratos (Nota 25.3).....	529.152	957.055
Suprimento de energia de leilões (Nota 25.3).....	1.130.515	430.258
Energia de curto prazo - CCEE (Nota 25.3).....	128.626	225.526
Outras receitas.....	833	696
	<u>2.398.136</u>	<u>2.102.979</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para a reserva global de reversão - RGR.....	(69.240)	(44.518)
ICMS s/ fornecimento de energia.....	(90.070)	(75.002)
COFINS s/ receitas operacionais.....	(172.418)	(147.486)
PIS s/ receitas operacionais.....	(37.429)	(32.015)
COFINS/PIS - Lei nº 11.196/05.....	62.008	-
Ativo/(passivo) regulatório - COFINS/PIS.....	(30.650)	35.915
	<u>(337.799)</u>	<u>(263.106)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	<u>2.060.337</u>	<u>1.839.873</u>
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		
Custo com Energia Elétrica		
Encargos de uso do sistema de transmissão (Nota 25.4).....	(313.186)	(216.689)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(161.972)	(134.739)
Energia de curto prazo - CCEE (Nota 25.4).....	(2.367)	(59.939)
	<u>(477.525)</u>	<u>(411.367)</u>
Custo com Operação		
Pessoal e administradores.....	(43.933)	(38.490)
Entidade de previdência a empregados - contribuição ao Plano....	(6.552)	(6.663)
Material.....	(4.317)	(4.146)
Matéria-prima e insumos p/ produção de energia elétrica - CCC...	-	(13.467)
Serviços de terceiros.....	(18.402)	(14.764)
Depreciação.....	(475.317)	(473.266)
Outros.....	(3.496)	(4.372)
	<u>(552.017)</u>	<u>(555.168)</u>
LUCRO OPERACIONAL BRUTO.....	<u>1.030.795</u>	<u>873.338</u>
Despesas Operacionais (Nota 26)		
Despesas gerais e administrativas.....	(139.212)	(119.801)
Outras despesas operacionais.....	(78.395)	(160.685)
	<u>(217.607)</u>	<u>(280.486)</u>
RESULTADO DO SERVIÇO.....	<u>813.188</u>	<u>592.852</u>
Entidade de Previdência a Empregados (Nota 19)		
Juros e variações monetárias - contrato Fundação CESP.....	(107.131)	(127.514)
Superávit técnico atuarial.....	109.838	97.568
	<u>2.707</u>	<u>(29.946)</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS (Nota 27)		
Receitas.....	145.288	120.283
Despesas		
Encargos de dívidas.....	(635.322)	(687.689)
Outras.....	(237.348)	(164.638)
Variações monetárias líquidas.....	(498.100)	(635.819)
Variações cambiais líquidas.....	336.184	775.891
	<u>(1.034.586)</u>	<u>(712.255)</u>
PREJUÍZO OPERACIONAL.....	<u>(73.403)</u>	<u>(29.066)</u>
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS (Nota 28).....	<u>(70.028)</u>	<u>(63.729)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....		
Imposto de renda (Nota 29).....	(97.061)	-
Contribuição social (Nota 29).....	(36.624)	-
Imposto de renda diferido (Nota 9).....	116.729	(75.710)
Contribuição social diferida (Nota 9).....	42.022	(27.256)
TOTAL DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	<u>25.066</u>	<u>(102.966)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO.....	<u>(118.365)</u>	<u>(195.761)</u>
Prejuízo por lote de mil ações do capital social no final do exercício - R\$.....	<u>(0,36)</u>	<u>(1,83)</u>

As notas explicativas anexas e informações suplementares são parte integrante destas demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
 (Valores em milhares de reais)**

	2006	2005
ORIGENS		
Das operações		
Prejuízo do exercício.....	(118.365)	(195.761)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação.....	480.657	478.941
Juros, variações monetárias e cambiais de itens de longo prazo	304.983	(282.604)
Baixa de investimentos por alienação.....	7.396	-
Valor residual de ativo imobilizado baixado.....	2.369	6.140
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo - (realização)/apropriação.....	(158.751)	102.966
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo - realização.....	39.693	-
Superávit técnico atuarial - Fundação CESP.....	(109.838)	(97.568)
Obrigações fiscais - COFINS.....	23.210	27.914
Provisão p/ perda de ativos de longo prazo.....	16.818	122.559
Provisão p/ contingências - não operacional.....	11.951	-
Taxas regulamentares - RGR.....	12.151	16.224
Outras.....	1.554	1.859
	513.828	180.670
De terceiros		
Subscrição e integralização de capital	3.200.000	120.000
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	1.402.565	2.893.288
Transferência do passivo circulante para o exigível a longo prazo.....	-	142.002
Transferência do ativo realizável a longo prazo para o circulante.....	150.575	180.870
	4.753.140	3.336.160
Total das origens	5.266.968	3.516.830
APLICAÇÕES		
Em investimentos.....	-	84.626
Em ativo imobilizado	235.135	240.089
Aumento do realizável a longo prazo.....	7.808	1.621
Cauções e depósitos vinculados.....	40.208	66.803
Pagamento antecipado de juros.....	164.469	-
Transferência de empréstimos de longo prazo para o passivo circulante	3.798.864	3.314.479
Transferência de outros exigíveis a longo prazo para o circulante	98.986	100.012
	4.345.470	3.807.630
Total das aplicações	4.345.470	3.807.630
REDUÇÃO/(AUMENTO) DA INSUFICIÊNCIA DO CAPITAL DE GIRO.....	921.498	(290.800)
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Ativo circulante		
No início do exercício.....	603.190	857.358
No fim do exercício.....	1.049.124	603.190
Aumento (redução) do ativo circulante	445.934	(254.168)
Passivo circulante		
No início do exercício.....	2.847.347	2.810.715
No fim do exercício.....	2.371.783	2.847.347
Aumento (redução) do passivo circulante	(475.564)	36.632
REDUÇÃO/(AUMENTO) DA INSUFICIÊNCIA DO CAPITAL DE GIRO.....	921.498	(290.800)

As notas explicativas anexas e informações suplementares são parte integrante destas demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005**
(Valores em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL				PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
		ÁGIO NA SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES	REMUN. BENS, DIREITOS E IMOB. EM CURSO	DOAÇÕES E SUBVENÇÕES P/ INVESTIMENTOS	INCENTIVOS FISCAIS		
Saldos em 31 de dezembro de 2004.....	2.655.433	10.373	4.972.047	458.502	101.197	(1.056.964)	7.140.588
Aumento de capital.....	120.000	-	-	-	-	-	120.000
Prejuízo do exercício.....	-	-	-	-	-	(195.761)	(195.761)
Saldos em 31 de dezembro de 2005.....	2.775.433	10.373	4.972.047	458.502	101.197	(1.252.725)	7.064.827
Aumento de capital.....	3.200.000	-	-	-	-	-	3.200.000
Prejuízo do exercício.....	-	-	-	-	-	(118.365)	(118.365)
Saldos em 31 de dezembro de 2006.....	5.975.433	10.373	4.972.047	458.502	101.197	(1.371.090)	10.146.462

As notas explicativas anexas e informações suplementares são parte integrante destas demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL E PRÁTICAS CONTÁBEIS

(Dados relacionados à potência e energia não foram auditadas pelos auditores independentes)

1.1. Contexto Operacional

A CESP - Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e comercialização de energia elétrica, mantém outras atividades operacionais, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações.

As ações da Companhia são negociadas principalmente na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA. Em 28 de julho de 2006, passaram a ser negociadas no Nível 1 das práticas diferenciadas de Governança Corporativa da Bovespa. Com a adesão ao novo nível, a Administração da Companhia compromete-se a melhorar ainda mais a prestação de informações ao mercado.

Em agosto de 2006, a Companhia concluiu o processo de capitalização, que resultou no aporte de recursos para aumento do capital social em R\$ 3,2 bilhões, através de Oferta Pública Primária de Ações de R\$ 2,0 bilhões, com a criação da classe B das ações preferenciais nominativas e o aporte pelo acionista controlador, o Governo do Estado de São Paulo, de R\$ 1,2 bilhões.

A CESP possui um parque gerador instalado de **7.456 MW** (Nota 13.2), totalmente de origem hidráulica, correspondente a 51% da potência instalada no Estado de São Paulo, composto pelas usinas de Ilha Solteira, Três Irmãos, Jupia, Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), Jaguari e Paraibuna.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a CESP tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, e opera suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, estando autorizada a comercializar 3.916 MW médios durante o ano, o que equivale a aproximadamente 34.000 GWh, ou seja, cerca de 9,5% da energia assegurada do país.

Da receita operacional da Companhia em 2006, 69% (66% em 2005) foram provenientes de suprimento de energia elétrica às Distribuidoras (contratos de compra de energia, agentes comercializadores e clientes contratados em leilões de energia) e 26% (24% em 2005) no segmento fornecimento de energia (consumidores livres), além de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 25.3).

1.2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e regulamentações e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conjugadas com a legislação específica aplicável às concessionárias de Serviço Público de Energia Elétrica, emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em conformidade com as instruções contidas no Ofício Circular nº 2.396/2006-SFF/ANEEL, de 28 de dezembro de 2006, Deliberações da CVM e Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007, de 14 de fevereiro de 2007, estão sendo apresentadas algumas informações requeridas ou adicionais em notas explicativas e quadros suplementares.

1.3. Principais Práticas Contábeis

a. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b. Consumidores e Revendedores

As contas a receber incluem os valores de fornecimento e suprimento de energia elétrica faturados, contabilizados de acordo com o regime de competência, além dos acréscimos moratórios, quando aplicáveis.

c. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir prováveis riscos na realização de créditos a receber de consumidores e outros créditos.

d. Almojarifado

Os materiais em estoque nos almoxarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção), estão registrados ao custo médio de aquisição e no ativo imobilizado em curso (quando destinados a obras), ao custo de aquisição.

e. Investimentos

As participações societárias em outras empresas, além de outros investimentos estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável.

f. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas anuais fixadas pelo Poder Concedente, determinadas pela Resolução ANEEL nº 002, de 24 de dezembro de 1997, atualizada pela Resolução ANEEL nº 044, de 17 de março de 1999.

Em função do disposto nos itens 4 e 11 da Instrução Contábil nº 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Mesmo procedimento foi adotado até 31 de dezembro de 1998 para os juros computados sobre o capital próprio que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

Os Custos Indiretos de Obras em Andamento são apropriados mensalmente às imobilizações em curso, mediante rateio, limitados a 10% dos gastos diretos com pessoal e mão-de-obra de terceiros, atribuíveis às obras em curso.

A Companhia revisa a realização dos ativos de longo prazo a serem utilizadas no negócio, para fins de cálculo e determinação do grau de deterioração, em base recorrente, ou quando situações ou mudanças nas condições indicarem que o valor contábil de um bem ou grupo de bens não poderá ser recuperado. A deterioração é avaliada com base na projeção dos encargos de depreciação a serem recuperados por meio dos resultados das operações. A baixa do valor contábil dos bens ou grupo de bens é realizada quando apropriado.

A partir do exercício de 2007 a despesa de depreciação será calculada de acordo com as taxas estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº 240, de 5 de dezembro de 2006.

g. Empréstimos, Financiamentos e Outras Obrigações

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pelas variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente.

Outras obrigações estão atualizadas com base nos indexadores aplicáveis, incluindo juros e demais encargos previstos legal ou contratualmente.

h. Obrigações Estimadas e Folha de Pagamento

Esta rubrica inclui as provisões sobre folha de pagamento de férias, gratificações de férias e encargos sociais sobre férias, além de retenções de encargos sociais e imposto de renda na fonte dos empregados.

i. Outros Direitos e Obrigações

Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigido.

j. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Companhia, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.

k. Provisões para Contingências

Estão registradas até a data do balanço pelo montante provável de perda, observada a natureza de cada contingência.

l. Planos de Benefícios pós Aposentadoria

A Companhia patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP. Os passivos atuariais foram calculados adotando o método de crédito unitário projetado, conforme previsto na Deliberação CVM nº 371/2000.

m. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

n. Estimativas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da Companhia, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

o. Prejuízo por Ação

Determinado com base na quantidade de ações do capital social integralizado em circulação na data do balanço.

1.4. Comercialização de Energia

Leilões de Energia

A CESP participou de seis leilões para o suprimento de energia elétrica às concessionárias de distribuição atuantes no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, sendo quatro leilões de Compra de Energia proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes e dois leilões de Compra de Energia proveniente de Novos Empreendimentos.

A CESP vendeu 2.288 MW médios de Energia Existente e 230 MW médios de Energia Nova, distribuídos em agrupamentos de contratos, conforme segue:

LEILÃO DE EMPREENDIMENTOS EXISTENTES	Período de Suprimento	Energia Vendida pela CESP (MWm)	Preço CESP (R\$)	Preço Médio Ponderado dos Participantes (*)
<i>Produto 2005</i>	<i>2005 a 2012</i>	<i>800,0</i>	<i>62,10</i>	<i>57,51</i>
<i>Produto 2006</i>	<i>2006 a 2013</i>	<i>1.178,0</i>	<i>68,37</i>	<i>67,33</i>
<i>Produto 2007</i>	<i>2007 a 2014</i>	<i>20,0</i>	<i>77,70</i>	<i>75,46</i>
<i>Produto 2008</i>	<i>2008 a 2015</i>	<i>170,0</i>	<i>83,50</i>	<i>83,13</i>
<i>Produto 2009</i>	<i>2009 a 2016</i>	<i>120,0</i>	<i>93,40</i>	<i>94,91</i>

LEILÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS	Período de Suprimento	Energia Vendida pela CESP (MWm)	Preço CESP (R\$)	Preço Médio Ponderado dos Participantes (*)
<i>Produto 2009 Hidro</i>	<i>2009 a 2038</i>	<i>82,0</i>	<i>124,97</i>	<i>124,83</i>
<i>Produto 2010 Hidro</i>	<i>2010 a 2039</i>	<i>148,0</i>	<i>116,00</i>	<i>114,83</i>

Os preços obtidos no 1º Leilão (Produtos 2005 e 2006) são atualizados pelo IPCA, na data de reajuste tarifário das distribuidoras junto à ANEEL (Nota 25.2).

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

2. OBRIGAÇÕES LÍQUIDAS

Em 26 de julho de 2006, ocorreu o aporte de recursos de R\$ 1,2 bilhões por parte do Governo do Estado de São Paulo, decorrente da liquidação financeira da alienação do controle acionário da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, em leilão realizado em 28 de junho de 2006. Adicionalmente, através da oferta pública de ações, a Companhia obteve recursos no valor de R\$ 2 bilhões, o que resultou no aumento total de seu capital no valor de R\$ 3,2 bilhões. Com os recursos foram quitadas diversas dívidas (Nota 34).

Desta maneira, em 31 de dezembro de 2006, o Passivo Circulante de R\$ 2.372 milhões superou o Ativo Circulante de R\$ 1.049 milhões em R\$ 1.323 milhões, reduzindo a relação de 4,7 vezes em 31 de dezembro de 2005 para 2,3 vezes em 31 de dezembro de 2006. Considere-se que no ativo circulante e não circulante incluem o total de R\$ 254 milhões referente a parcelas de juros já pagos e vincendos até dezembro de 2009 sobre o contrato BNDES/Brady (Nota 10 e 16.2(2)).

Para fazer frente a esta insuficiência de recursos de curto prazo, faz parte para conclusão do plano de reestruturação financeira da Companhia, apresentado ao mercado de investidores por ocasião da Oferta Pública de Ações, a emissão de nova captação no mercado nacional, objetivando alongar o perfil de endividamento da Companhia, compatibilizando-o com a capacidade de geração de caixa futura.

3. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>Tipo de Aplicação</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Numerário Disponível			
Depósitos bancários à vista (a).....		201.728	25.530
Aplicações Financeiras			
Banco Nossa Caixa S.A. - SIAFEM.....	Fundo	88.535	-
Banco Nossa Caixa S.A.	CDB / CDI	37.943	21.962
Banco Bradesco S.A.	CDB / CDI	360	327
Banco ABN AMRO Real S.A.	CDB / CDI	6	6
		<u>126.844</u>	<u>22.295</u>
		<u>328.572</u>	<u>47.825</u>

(a) Este saldo inclui recursos de R\$ 181 milhões relativos à compra de moeda estrangeira (euros) em dezembro de 2006, destinados à opção de resgate antecipado (call) exercido pela CESP (principal e juros), referente às Notas de Médio Prazo da Série 4 (ISIN nº XSO175440394), cujo pagamento ocorreu em 26 e 27 de fevereiro de 2007.

4. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

	<u>2006</u>		<u>2005</u>	
	<u>Vincendos</u>	<u>Vencidos há mais de 90 dias</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Consumidores				
Industrial.....	43.968	-	43.968	35.197
Comercial.....	385	-	385	195
Serviços públicos.....	13.132	19.050	32.182	30.300
	<u>57.485</u>	<u>19.050</u>	<u>76.535</u>	<u>65.692</u>
Revendedores				
Contratos Iniciais.....	-	-	-	98.632
Contratos de Compra de Energia.....	8.054	-	8.054	-
Agentes Comercializadores.....	47.501	-	47.501	21.886
Leilões de Energia.....	135.955	-	135.955	48.867
	<u>191.510</u>	<u>-</u>	<u>191.510</u>	<u>169.385</u>
	<u>248.995</u>	<u>19.050</u>	<u>268.045</u>	<u>235.077</u>

A Companhia mantém registrada Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no valor de R\$ 19.050 (em 2006 e 2005), para cobrir prováveis riscos na realização de saldos de consumidores, além de R\$ 5.908 relacionados a outros recebíveis, que não são consumidores ou revendedores de energia, registrados como Outros Créditos (Nota 11(a)).

5. VALORES A RECEBER - ENERGIA LIVRE/RTE E CCEE

O Acordo Geral do Setor Elétrico foi instituído por ocasião do período do racionamento, implantado face às condições hidrológicas desfavoráveis e ao baixo nível de armazenamento dos reservatórios de várias regiões do país, inclusive a região Sudeste onde se encontra a CESP, no qual o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS restringiu a geração de origem hidráulica e acionou os Geradores Livres (produtores que dispunham de energia não contratada).

A remuneração desses Geradores Livres foi baseada nos preços praticados pelo Mercado Atacadista de Energia - MAE (atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE) e este custo foi dividido entre os geradores do sistema, proporcionalmente à Energia Assegurada de cada um, sendo que à época a CESP respondia por cerca de 12% da Energia Assegurada do país.

O saldo a receber de R\$ 353.084 referente a estes créditos (ativo) está sendo recuperado através da "Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE" das distribuidoras, com prazo médio de 55 meses (contados desde dezembro de 2001), e repasse em parcelas mensais.

A Companhia atualiza os saldos com cada distribuidora, conforme orientação do Ofício Circular ANEEL nº 2.212, de 20 de dezembro de 2005, complementado pelo Ofício Circular ANEEL nº 74, de 23 de janeiro de 2006, os quais definiram que sobre o montante financiado pelo BNDES, que corresponde a 70,24% dos valores homologados pela ANEEL, deve incidir a Selic pela taxa simples capitalizada mensalmente, mais 1% a.a., e sobre os 29,76% não financiados, incide apenas a remuneração pela taxa Selic divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Com os recursos repassados, a CESP amortizou parcelas dos contratos firmados com o BNDES (Nota 17(c)) e, com os recursos provenientes do aumento de capital (Nota 1), quitou antecipadamente em 14 de agosto de 2006 os contratos de financiamento deste recebível.

Composição dos saldos a receber atualizados até 31 de dezembro de 2006:

Distribuidoras	Saldos	Distribuidoras	Saldos
AMPLA.....	14.558	CNEE.....	39
BANDEIRANTE.....	14.798	COELBA.....	16.953
BRAGANTINA.....	101	COELCE.....	10.773
CAIUA.....	2.106	COSERN.....	6.430
CATAGUAZES.....	145	CPFL.....	29.261
CEB.....	6.194	CSPE.....	559
CELB.....	1.099	ELEKTRO.....	4.176
CELG.....	5.799	ELETRONORTE.....	39.992
CELPA.....	4.068	ELETROPAULO.....	42.643
CELPE.....	11.601	ENERGIPE.....	1.452
CELTINS.....	97	ENERSUL.....	3.560
CEMAR.....	21	ESCELSA.....	11.588
CEMAT.....	1.460	JAGUARI.....	121
CEMIG.....	59.358	LIGHT.....	42.476
CENF.....	164	PIRATININGA.....	9.919
CEPISA.....	3.923	SAELPA.....	3.320
CESP - D.....	2.507	VALE.....	104
CHESF.....	1.719		
		TOTAL	353.084

A CESP, com base em projeções internas, constituiu provisão de R\$ 150.091 em contrapartida do resultado (R\$ 109.587 no circulante e R\$ 40.504 não circulante) para fazer frente às parcelas com expectativa de não realização no prazo estabelecido pela ANEEL, e buscará seus direitos legais para o efetivo recebimento desses créditos junto à Agência Reguladora e o Ministério de Minas e Energia, baseada na legislação que estabeleceu o Acordo Geral do Setor Elétrico.

5.1. Energia de Curto Prazo - CCEE

Representa as variações apuradas mensalmente, resultantes do balanço processado pela atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, entre compromissos assumidos pela Companhia com seu mercado e demais Agentes da CCEE versus o efetivo comportamento de cada integrante do sistema, com saldo em 31 de dezembro de 2006 de R\$ 42.905.

Durante o exercício, a Companhia registrou (apropriou) o montante de R\$ 128.626 referente a energia não contratada (receita), disponível para venda no âmbito da CCEE e despesas de energia no valor de R\$ 2.367, decorrente da aquisição de energia e do rateio entre as empresas geradoras do país (Notas 25.3 e 25.4).

6. VALORES A RECEBER

Devedor	Objeto	2006			2005
		Circulante	Não Circulante	Total	Total
EMURB	- Processo 413/90.....	25.416	38.123	63.539	68.698
DAEE	- Cessão de Créditos.....	13.384	7.808	21.192	-
		<u>38.800</u>	<u>45.931</u>	<u>84.731</u>	<u>68.698</u>

6.1. EMURB

Refere-se a saldo de acordo firmado em 10 de janeiro de 2003, com a Empresa Metropolitana de Urbanização - EMURB, para recebimento em 8 parcelas anuais, corrigidas pela variação do IPCA e juros de 6% a.a., com vencimento final para 10 de janeiro de 2011, decorrente de ação de indenização por desapropriação.

6.2. DAEE

Contrato firmado em 21 de julho de 2006, com o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, para recebimento em 24 parcelas mensais, corrigidas pelo CDI acrescido de juros de 0,3% a.m., referente a cessão de créditos para quitação de dívida de contrato entre a CESP e a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE com vencimento final para 21 de julho de 2008.

7. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	2006	2005
Circulante		
Imposto de renda (a).....	4.223	1.045
Contribuição social (b).....	665	371
Crédito de ICMS de terceiros.....	144	-
ICMS s/ aquisições do imobilizado (c).....	227	2.100
COFINS a compensar (d).....	4.585	1.225
PIS a compensar (d).....	923	183
	<u>10.767</u>	<u>4.924</u>

(a) Saldo de créditos de imposto de renda decorrente de retenções na fonte, atualizados pela SELIC.

(b) Refere-se a saldo de contribuição social decorrente de retenções na fonte, atualizados pela SELIC.

- (c) Refere-se a créditos de ICMS sobre aquisições de materiais e equipamentos aplicados no ativo permanente da Companhia, que vêm sendo compensados com recolhimentos mensais à razão de 1/48, a partir de 1º de janeiro de 2001, conforme Lei Estadual nº 10.699, de 19 de dezembro de 2000.
- (d) Refere-se a créditos de COFINS e PIS decorrentes de retenções na fonte e recolhimentos a maior. Com esses créditos, a Companhia vem compensando débitos de COFINS e PIS vincendos.

8. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Não Circulante		
Depósitos Judiciais		
Ações cíveis (a).....	14.279	13.558
Ações trabalhistas (a).....	14.192	15.138
Ações tributárias (a).....	3.463	4.450
	<u>31.934</u>	<u>33.146</u>
Cauções		
Caução em quotas subordinadas - FIDC (b)...	103.126	61.706
	<u>135.060</u>	<u>94.852</u>

- (a) Referem-se a diversos depósitos iniciais ou recursais para garantia em algumas ações judiciais (Nota 21).
- (b) Refere-se a créditos caucionados equivalentes a 75, 100 e 100 quotas pertencentes à CESP, vinculadas aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC I, II e III (Nota 18), respectivamente, que só poderão ser resgatadas no vencimento das últimas parcelas, concomitantemente à liquidação de cada fundo, em dezembro de 2009, outubro e agosto de 2010.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Companhia, com base em análises relativas às projeções operacionais plurianuais, reconheceu contabilmente nos exercícios de 2000 e 2001, créditos tributários relativos ao prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, bem como sobre as diferenças intertemporais, conforme Deliberação CVM nº 273/98.

A manutenção dos créditos fiscais de Prejuízos fiscais - Imposto de renda e Base negativa de Contribuição social diferidos está suportada em projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia e revisadas periodicamente, para os próximos 10 anos, conforme recomendado pelo Poder Concedente e Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que visam determinar a recuperabilidade dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças intertemporais. Essas projeções adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia (realizados de 2004 a 2006), com início de atendimento/faturamento de 2005 a 2016 e de 2009 a 2039 (Nota 1.4), contratos de compra e venda de energia e fornecimento de energia a consumidores livres, em contraposição à manutenção ou redução do nível de despesas operacionais e financeiras com conseqüente obtenção de resultados positivos.

Pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, foram estabelecidas diretrizes quanto ao reconhecimento contábil de créditos advindos de prejuízos fiscais e despesas temporariamente indedutíveis. Tendo em vista as disposições dessa Instrução, a Companhia deixou de constituir/registrar qualquer ativo adicional relacionado aos referidos créditos fiscais gerados a partir de 2002, face às perspectivas quanto à realização de novos créditos, dentro do limite de 10 anos previsto na Instrução.

Composição dos saldos:

	ATIVO		PASSIVO	
	2006	2005	2006	2005
Imposto de Renda				
Prejuízos Fiscais registrados até 2001 (a).....	514.263	543.851	-	-
Diferenças Intertemporais registradas até 2001.....	72.637	72.637	-	-
Prejuízos Fiscais (2002 a 2005).....	1.063.557	1.063.557	-	-
Diferenças Intertemporais (2002 a 2005).....	106.501	85.523	-	-
Variações Cambiais Líquidas s/ empréstimos e financiamentos....	-	-	399.250	515.979
	<u>1.756.958</u>	<u>1.765.568</u>	<u>399.250</u>	<u>515.979</u>
Contribuição Social				
Base Negativa registrada até 2001 (a).....	136.544	146.649	-	-
Diferenças Intertemporais registradas até 2001.....	13.283	13.283	-	-
Base Negativa (2002 a 2005).....	374.986	374.986	-	-
Diferenças Intertemporais (2002 a 2005).....	22.296	16.833	-	-
Variações Cambiais Líquidas s/ empréstimos e financiamentos....	-	-	143.730	185.752
	<u>547.109</u>	<u>551.751</u>	<u>143.730</u>	<u>185.752</u>
Provisão sobre Créditos Tributários não Registrados.....	<u>(1.567.340)</u>	<u>(1.540.899)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>736.727</u>	<u>776.420</u>	<u>542.980</u>	<u>701.731</u>

A Companhia optou pela utilização do regime de caixa para tributação das variações cambiais auferidas a partir do exercício de 2003. Como consequência, foram registrados no Passivo não circulante, Imposto de renda e Contribuição social diferidos às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, sobre as diferenças intertemporais tributáveis, representadas pelas referidas variações cambiais não realizadas sobre empréstimos e financiamentos ainda não liquidados.

A estrutura patrimonial e financeira da Companhia foi pouco afetada no exercício de 2006 pela apreciação do real frente ao dólar norte-americano em 8,66% e pela sua desvalorização em relação ao euro de 1,85%, moedas as quais estão atrelados a maioria dos contratos em moeda estrangeira.

(a) Em 2006 foram realizados e compensados com recolhimento, prejuízo fiscal de R\$ 29.588 e base negativa (30%) de R\$ 10.105, em função de lucro fiscal apurado no exercício, em decorrência principalmente da adição de variações cambiais positivas e exclusão de variações cambiais negativas, decorrente da liquidação de parcelas de principal de contratos de empréstimos em moeda estrangeira (regime de caixa para tributação).

Os saldos dos créditos registrados no total de R\$ 736.727, deverão ser realizados no período de até 10 anos como demonstrado a seguir:

Exercício	2007	2008	2009	2010	2011	2012 a 2014	2015 e 2016	Total
Parcela Estimada de Realização	50.157	40.703	39.172	62.654	57.759	232.365	253.917	736.727

As estimativas de realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e provisões temporariamente não dedutíveis (do quadro) estão respaldadas em projeções de lucros fiscais tributáveis da Companhia, revisadas periodicamente, e aprovadas pelos órgãos da Administração. Essas projeções baseiam-se em premissas e o resultado final realizado pode diferir do projetado.

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros fiscais tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado de cada exercício, não estando sujeitos a qualquer prazo de prescrição.

10. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	2006	2005
Circulante		
Juros s/ empréstimos e financiamentos (a).....	90.088	-
Imposto de renda s/ remessa de juros (b).....	3.192	-
Ativo regulatório - COFINS/PIS (c).....	-	22.456
	<u>93.280</u>	<u>22.456</u>
Não Circulante		
Juros s/ empréstimos e financiamentos (a).....	164.469	-
	<u>257.749</u>	<u>22.456</u>

- (a) Refere-se a saldo remanescente de juros pagos antecipadamente em agosto de 2006, sobre saldo do contrato BNDES/Brady, vencíveis bimestralmente até dezembro de 2009. À medida que estas parcelas vencerem, serão transferidas para resultado na rubrica "Encargos de dívidas em moeda estrangeira" (Notas 16.2(2)).
- (b) Refere-se à compra de moeda estrangeira para pagamento de imposto de renda sobre juros de saldo do contrato, referente ao Programa de Medium Term Notes Série 4 (Nota 16.2(3), "b4").
- (c) Referia-se a diferenças de reajustes tarifários dos Contratos Iniciais com as distribuidoras clientes da CESP, decorrentes da majoração das alíquotas de PIS e COFINS, a partir de dezembro de 2002 e fevereiro de 2004, respectivamente, reconhecido pela ANEEL para repasse em 12 parcelas mensais.

11. OUTROS CRÉDITOS

	2006	2005
Circulante		
Alienação de Bens e Direitos.....	9.816	7.838
Crédito c/ Secretaria da Fazenda.....	3.532	3.023
Créditos Diversos (a).....	24.628	16.404
Outros.....	447	11.886
	<u>38.423</u>	<u>39.151</u>
Não Circulante		
Alienação de Bens e Direitos.....	1.625	13.979
Empréstimo Compulsório s/ Veículos e Combustíveis.....	-	4.464
Outros.....	1.586	1.806
	<u>3.211</u>	<u>20.249</u>
	<u>41.634</u>	<u>59.400</u>

- (a) Saldo de créditos com diversas empresas e entidades com as quais a Companhia mantém operações. Para cobrir eventuais riscos na realização de alguns créditos estão constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa no montante total de R\$ 5.908 (Nota 4).

12. INVESTIMENTOS

	2006	2005
Investimentos avaliados ao custo		
Participações em Empresas		
EMA E (a).....	36.770	36.770
CTEEP (b).....	48.233	48.233
	<u>85.003</u>	<u>85.003</u>
Outros Investimentos		
Investimentos em projetos c/ recursos do FINAM.....	34.352	41.438
Outros investimentos.....	7.269	7.579
	<u>41.621</u>	<u>49.017</u>
	<u>126.624</u>	<u>134.020</u>

(a) Participação com 6.764.470.012 ações ordinárias da EMAE (participação de 46,17% dessa espécie de ações), equivalente a 18,3948% do capital total.

(b) Participação na CT EEP equivalente a 1,62% do seu capital total, correspondente a 2.415.888.838 ações preferenciais.

13. IMOBILIZADO

	2006		2005		Taxas Anuais Médias de Depreciação (%)
	Custo Total	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	
Em Serviço					
Geração.....	21.759.743	(5.165.036)	16.594.707	16.963.569	2,18
Administração....	191.921	(113.498)	78.423	83.142	3,58
	<u>21.951.664</u>	<u>(5.278.534)</u>	<u>16.673.130</u>	<u>17.046.711</u>	
Em Curso					
Geração.....	708.746	-	708.746	592.217	
Administração....	68.822	-	68.822	61.215	
	<u>777.568</u>	<u>-</u>	<u>777.568</u>	<u>653.432</u>	
	<u>22.729.232</u>	<u>(5.278.534)</u>	<u>17.450.698</u>	<u>17.700.143</u>	

Conforme Resolução nº 044, de 17 de março de 1999, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, as taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia elétrica são de 2% a 7,1% para os bens vinculados à geração e de 2% a 5,9% para os bens de transmissão; 10% para móveis e utensílios e 20% para veículos (Nota 1.3(f)).

Adicionalmente, apresenta-se o imobilizado em serviço segregado por natureza de bens, com os comentários contidos nas Notas 13.1 a 13.4:

	2006			2005	
	Custo Original Corrigido	Remuneração e Encargos Financeiros Durante a Construção	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Em Serviço					
Terrenos.....	670.587	81.551	-	752.138	740.604
Reservatórios, Barragens e Aduelas.....	8.507.267	5.743.560	(3.159.604)	11.091.223	11.256.699
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias....	1.861.494	992.821	(1.104.543)	1.749.772	1.829.657
Máquinas e Equipamentos.....	3.073.355	995.028	(995.676)	3.072.707	3.213.441
Veículos.....	8.983	-	(8.946)	37	51
Móveis e Utensílios.....	17.018	-	(9.765)	7.253	6.259
	<u>14.138.704</u>	<u>7.812.960</u>	<u>(5.278.534)</u>	<u>16.673.130</u>	<u>17.046.711</u>

13.1. Imobilizado em Curso

A CESP está com as obras da Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) e da Eclusa praticamente concluídas, com sua última unidade geradora (14ª) do atual programa de expansão, colocada em operação em outubro de 2003. Conforme descrito na Nota 1, a usina tem capacidade de projeto, para até 1.980 MW de potência instalada. A Usina de Porto Primavera responde atualmente, por cerca de 21% da potência total da CESP, e por cerca de 26% da energia assegurada da Companhia.

O imobilizado em curso inclui, principalmente, saldos de obras em andamento e gastos com obras do reservatório, saldos de máquinas e equipamentos das usinas relevantes para manutenção do parque gerador, valores de medições de adiantamentos a fornecedores de materiais e empreiteiros de obras, materiais de reposição em estoque e compras em andamento.

Inclui ainda saldos de depósitos judiciais no valor de R\$ 130.585, efetuados em garantia de ações cíveis, ambientais ou de desapropriações, envolvendo principalmente, a Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) e outras demandas de usinas da CESP.

Determinadas propriedades necessárias à implementação dos projetos da Companhia, especificamente aquelas destinadas à construção de reservatórios ou outros empreendimentos ligados às suas atividades, foram desapropriadas de acordo com legislação específica, e, em alguns casos, encontram-se em discussão com seus proprietários. Nos casos em que há dificuldade de se chegar a estimativas precisas de valor, seja pelo tempo necessário à obtenção das sentenças judiciais ou pela imprevisibilidade dos resultados das negociações, a Companhia registra o custo das desapropriações como parte do ativo imobilizado em serviço somente ao final do seu processo, por ocasião da sentença definitiva.

13.2. Concessões de Energia Elétrica

As concessões de geração da CESP foram outorgadas por Decretos relativos a cada usina à época do início dos estudos e obras de construção, e foram agrupados em um Contrato de Concessão assinado em 12 de novembro de 2004, abrangendo todo o parque gerador da Companhia:

Bacia	Usina Hidrelétrica	Total de Máquinas em Operação	Potência Instalada MW	Energia Assegurada MW Médio (1)	Entrada em Operação (2)	Prazo de Concessão
Paraná	Ilha Solteira (3)	20	3.444	1.949	18.07.73	07.07.15
	Jupiá	14	1.551	886	14.04.69	07.07.15
	Três Irmãos (4)	5	808	-	28.11.93	18.11.11
	Engenheiro Sérgio Motta (5)	14	1.540	1.017	23.01.99	21.05.08 (5)
Paraíba	Jaguari	2	28	14	05.05.72	20.05.20
	Paraibuna	2	85	50	20.04.78	09.03.21
			<u>7.456</u>	<u>3.916</u>	(6)	

- (1) É a energia disponível para comercialização nas usinas de um sistema interligado, considerando-se o risco pré-fixado de 5% para seu atendimento.
- (2) Data de entrada do primeiro Grupo Gerador.
- (3) A energia assegurada de Três Irmãos está incluída na de Ilha Solteira.
- (4) Localiza-se no rio Tietê, mas opera de forma integrada com a usina de Ilha Solteira, através do Canal de Pereira Barreto.
- (5) Cumprindo o prazo previsto na subcláusula primeira da Cláusula Segunda do Contrato de Concessão, a CESP já requereu a prorrogação, por até 20 anos, do prazo de concessão da Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) e aguarda manifestação da ANEEL sobre este tema.
- (6) A energia assegurada da CESP representa 34.304.160 MWh (megawatts-hora) no ano (3.916 MW x 24 horas x 365 dias).

13.3. Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação. Determina, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

13.4. Capacidade de Recuperação Através de Operações Futuras

Os bens que compõem o ativo imobilizado da CESP foram registrados em estrita consonância com as práticas contábeis adotadas no país e com as normas específicas para o setor elétrico emanadas da ANEEL. A legislação brasileira, em particular os Decretos nº 24.643, de 10 de julho de 1934 e nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, ambos em vigor e sob o amparo dos quais foram outorgadas as concessões das usinas da CESP, assegura a recuperação integral do investimento realizado em bens e instalações do serviço durante a concessão, pelos valores consignados nas demonstrações financeiras. Caso apresente valor residual de investimentos a recuperar ao final da concessão, este será indenizado ao concessionário pela reversão dos bens e instalações existentes, mediante recursos da Reserva Global de Reversão, nos termos dos artigos 33, 91 e demais artigos correlatos do Decreto nº 41.019.

A Companhia realiza periodicamente estudos internos que demonstram a capacidade de recuperação do custo contábil do ativo imobilizado, no conjunto de suas usinas, através das operações futuras do seu parque gerador.

14. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2006	2005
Circulante		
COFINS s/ receitas	14.543	8.124
PIS s/ receitas	3.149	1.768
ICMS s/ fornecimento de energia.....	16.578	15.925
Imposto de renda.....	5.967	-
Contribuição social.....	1.757	-
Imposto de renda - diferido (à alíquota de 6%).....	765	2.638
Imposto de renda s/ remessa ao exterior.....	15.015	12.479
Encargos sociais s/ folha de pagamento - empresa.....	3.362	2.701
Impostos e contribuições sociais de prestadores de serviços.....	951	1.041
	62.087	44.676
Não Circulante		
Imposto de renda - diferido (à alíquota de 6%).....	-	765
Obrigações fiscais - COFINS (a).....	341.814	318.604
	341.814	319.369
	403.901	364.045

- a) A CESP questiona judicialmente a constitucionalidade da inclusão de receitas financeiras e não-operacionais na base de cálculo da COFINS, tendo obtido liminar que autorizou o recolhimento sem a inclusão das referidas receitas. Até 31 de dezembro de 2006, o provisionamento atualizado referente ao período de julho de 1999 a janeiro de 2004 correspondente a esta ação, era de R\$ 342 milhões. Esta ação encontra-se em fase recursal. Em 2001, foi concedido provimento à apelação da CESP e estão pendentes os embargos declaratórios ingressados pela CESP.

Em 9 de novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal - STF julgou pela inconstitucionalidade do chamado alargamento da base de cálculo. A CESP aguarda o julgamento do Tribunal Regional Federal em São Paulo, que também deverá se posicionar pela inconstitucionalidade da matéria, seguindo a decisão do STF. Somente após a decisão definitiva favorável e transitada em julgado, este valor será revertido a crédito do resultado.

15. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

A Companhia aderiu ao programa em 28 de abril de 2000, tendo declarado na ocasião todos seus débitos de tributos e contribuições sociais à Secretaria da Receita Federal - SRF e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em 30 de junho daquele ano. As condições mais vantajosas para amortização da dívida, dentre elas o alongamento do prazo de pagamento e a mudança de indexador (SELIC para TJLP), foram fatores determinantes para a adesão ao programa.

Composição dos débitos de tributos e contribuições sociais incluídos no programa:

	Principal	Juros e Multas	Créditos Fiscais	Total	Atualização		Saldos em	
					TJLP	Amortização	2006	2005
Contribuição Social.....	32.811	95.979	(70.069)	58.721	29.281	(37.730)	50.272	54.719
Finsocial	1.629	6.440	(4.701)	3.368	1.679	(2.163)	2.884	3.138
IRPJ Contingência 1998.....	5.389	4.099	(2.992)	6.496	3.239	(4.173)	5.562	6.053
Contribuição Social Contingência 1998....	2.464	1.874	(1.368)	2.970	1.481	(1.908)	2.543	2.767
PIS Contingência.....	17.858	7.417	(5.415)	19.860	9.903	(12.761)	17.002	18.507
Notificação do INSS	87.435	100.332	(73.246)	114.521	57.105	(73.581)	98.045	106.716
Imposto de Renda s/ Indenizações	27.203	31.175	(22.759)	35.619	17.761	(22.886)	30.494	33.192
	<u>174.789</u>	<u>247.316</u>	<u>(180.550)</u>	<u>241.555</u>	<u>120.449</u>	<u>(155.202)</u>	<u>206.802</u>	<u>225.092</u>

Do saldo existente em 31 de dezembro de 2006, R\$ 173.189 (R\$ 199.007 em 31 de dezembro de 2005) referem-se a parcelas de longo prazo.

Foram utilizados à época, créditos próprios de base negativa de contribuição social e prejuízos fiscais no montante de R\$ 180.550, para amortização de juros e multas.

Para garantia dos débitos incluídos no programa, a Companhia arrolou bens de sua propriedade (não vinculados à geração de energia elétrica).

Tendo em vista a linearidade dos encargos financeiros incidentes sobre as parcelas mensais devidas, o valor presente dos débitos em 31 de dezembro de 2006 é de aproximadamente R\$ 172 milhões (R\$ 191 milhões em 31 de dezembro de 2005), considerando também a atualização do saldo da dívida pela TJLP (estimada em 7,5% a.a.). Estima-se o pagamento do montante total da dívida em aproximadamente 13 anos. Em atendimento à Instrução CVM nº 346, de 29 de setembro de 2000, a Companhia optou por não registrar o ajuste ao valor presente apurado.

No período de abril de 2000 a dezembro de 2006, a Companhia já recolheu, a título de REFIS, o valor de R\$ 155.202, à razão de 1,2% sobre o faturamento mensal.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

16.1. Composição

	2006			2005		
	Encargos	Principal		Encargos	Principal	
		Circulante	Não Circulante		Circulante	Não Circulante
Moeda Estrangeira						
Instituições Financeiras (1).....	14.835	162.660	740.029	16.974	267.061	990.793
BNDES (2).....	-	-	969.508	5.617	41.874	1.219.232
Medium Term Notes (3).....	105.168	304.568	1.679.531	87.391	170.936	1.039.737
Banco do Brasil S.A. (4).....	-	-	-	559	166.498	499.494
ELETOBRÁS.....	78	5.186	-	1.014	10.088	-
CPFL (5).....	239	21.891	54.727	315	23.966	83.882
Outras Instituições	129	885	6.206	134	1.072	7.563
	<u>120.449</u>	<u>495.190</u>	<u>3.450.001</u>	<u>112.004</u>	<u>681.495</u>	<u>3.840.701</u>
Moeda Nacional						
Instituições Financeiras (6).....	1.771	150.900	314.894	1.903	273.412	287.170
BNDES (7).....	-	-	-	-	201.391	1.309.041
ELETOBRÁS.....	-	5.235	61.819	-	5.642	66.626
Debêntures (8).....	-	227.135	-	-	315.167	196.163
Certificados a Termo de Energia Elétrica (9)....	-	349.488	-	-	298.540	297.793
	<u>1.771</u>	<u>732.758</u>	<u>376.713</u>	<u>1.903</u>	<u>1.094.152</u>	<u>2.156.793</u>
	<u>122.220</u>	<u>1.227.948</u>	<u>3.826.714</u>	<u>113.907</u>	<u>1.775.647</u>	<u>5.997.494</u>

16.2. Informações sobre Operações em Moeda Estrangeira

(1) Do saldo total de principal, o valor de R\$ 896.119 é devido diretamente ao Governo Federal, em dólares norte-americanos, integra a reestruturação da dívida externa brasileira, concluída em 15 de abril de 1994, no contexto do Plano Brady, e é composto como segue:

Tipo	Anos		Amortização	Taxa de Juros (%) a.a.	2006	2005
	Vencto. (b)	Carência (b)				
Bônus de Conversão da Dívida (a).....	18	10	17 parcelas semestrais	LIBOR semestral + 7/8	364.424	471.515
Bônus de Dinheiro Novo (a).....	15	7	17 parcelas semestrais	LIBOR semestral + 7/8	43.686	66.959
Bônus de Redução Temporária de Juros - FLIRB (a).....	15	9	13 parcelas semestrais	5° e 6° anos - 5,00 7° ano - LIBOR semestral + 13/16	44.337	67.956
Bônus de Capitalização (a).....	20	10	21 parcelas semestrais	5° e 6° anos - 5,00 7° ano - 8,00	443.672	550.502
Bônus de Juros - El (a).....	12	3	19 parcelas semestrais	LIBOR semestral + 13/16	-	29.490
					<u>896.119</u>	<u>1.186.422</u>

(a) Possuem garantia do Governo do Estado de São Paulo.

(b) A partir de 15 de abril de 1994.

O restante de principal, R\$ 6.570 refere-se a empréstimos indexados ao franco suíço (CHF), com taxa de juros média de 3,60% a.a., vencíveis até 31 de agosto de 2010.

- (2) O saldo de principal de R\$ 969.508 refere-se a contrato firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em 2 de setembro de 2002, cujo montante original é de US\$ 552.650 mil, com amortização do principal a partir de 15 de abril de 2005, em 88 parcelas bimestrais e corrigido pela UMBNDES, acrescido de "spread" básico de 1,91% a.a. e de descasamento de 0,95% a.a., com vencimento a partir de 15 de abril de 2003. O referido contrato é garantido pela União e contragarantido pelo Governo do Estado.

Trata-se de contrato de permuta, composto por dívidas repactuadas anteriormente no contexto do "Plano Brady", referente a "Bônus ao Par" no valor de US\$ 325.516 mil e "Bônus de Desconto" no valor de US\$ 227.134 mil.

Em 14 de agosto de 2006 foram quitadas parcelas de principal, vencíveis até dezembro de 2009, no montante total de R\$ 158.257. Também foram quitadas antecipadamente parcelas de juros vencíveis bimestralmente até dezembro de 2009, no montante de R\$ 254.557 (remanescente), classificado na rubrica "Despesas pagas antecipadamente" (Nota 10).

- (3) Nesta rubrica estão registradas quatro operações no mercado internacional de capitais, sem garantias, sendo o valor de principal distribuído da seguinte forma:

- a) Saldo remanescente de R\$ 59.312 e vencimento final em junho de 2007, refere-se a notas de médio prazo emitidas em junho de 1997, cujo valor original era equivalente a US\$ 300 milhões, com juros fixos de 9,125% a.a. nos 5 primeiros anos e 9,625% a.a. nos 5 anos seguintes, tendo 90,7% dos detentores dos papéis exercido o direito de resgate antecipado em junho de 2002 (ISIN nº US12517FAA57).
- b) O saldo de R\$ 813.027 relacionado à segunda colocação refere-se à operação de lançamento no mercado internacional ocorrida em fevereiro de 2001.

Em 5 de setembro de 2003, os detentores desses papéis aprovaram, em Assembléia de Investidores, a manutenção dos papéis, passando os vencimentos finais para 2007, 2008 e 2011. Atualmente as séries estão assim compostas:

- b.1) Série 1 (ISIN nº XSO125447077): Saldo de R\$ 285.738 em 31 de dezembro de 2006, com juros anuais de 13% a.a. e vencimentos de € 38,0 milhões em 2007 e € 63,3 milhões em 2008.
- b.2) Série 2 (ISIN nº US12517GAA31): Saldo de R\$ 368.277 em 31 de dezembro de 2006, com juros semestrais de 13% a.a. e vencimentos de US\$ 64,6 milhões em 2007 e US\$ 107,7 milhões em 2008.
- b.3) Série 3 (ISIN nº US12517GAB14): Liquidada em 9 de maio de 2005 no montante de US\$ 120 milhões.
- b.4) Série 4 (ISIN nº XSO175440394): Saldo de R\$ 159.012 em 31 de dezembro de 2006, com juros anuais de 14% a.a. e vencimento único dos títulos em 2011. A CESP tem direito ao exercício de opção de resgate antecipado (call) a cada vencimento de juros, e exerceu esta opção em janeiro de 2007, liquidando a série no montante de € 56,3 milhões, nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2007.
- b.5) Série 5 (ISIN nº US12517HAC79): Saldo liquidado em 21 de agosto de 2006, decorrente do exercício de opção de "call" pela CESP, no montante de US\$ 57,7 milhões, com juros originais de 14% a.a. e vencimento único dos títulos em 2011.
- c) Série 6 (ISIN nº US12517GAD79): O saldo de R\$ 641.400 refere-se ao lançamento de Notas de Médio Prazo, ocorrido em 3 de março de 2006, no valor de US\$ 300 milhões, através dos Bancos Finantia e Standard Bank, com juros semestrais de 10% a.a. e vencimento único dos títulos em 2011. Estes recursos destinaram-se à quitação de obrigações financeiras no mercado interno e obrigações externas garantidas pelo Tesouro Nacional.
- d) Série 7 (ISIN nº US12517GAE52): Em 11 de agosto de 2006 ocorreu o lançamento de Notas de Médio Prazo, no valor de US\$ 220 milhões, através dos Bancos Finantia e Standard Bank, com juros semestrais de 9,25% a.a. e vencimento único dos títulos em 2013. O saldo desta operação em 31 de dezembro de 2006 era de R\$ 470.360. Estes recursos destinaram-se à quitação de obrigações financeiras no mercado interno e obrigações externas garantidas pelo Tesouro Nacional.

Os títulos identificados como “b” até “d” integram o Programa de Notas de Médio Prazo da Companhia, no valor original de US\$ 700 milhões em 2001, aditado em agosto de 2006 para US\$ 975 milhões. Durante os meses de janeiro e fevereiro de 2007, os títulos das séries 1, 2 e 6 foram objeto de um processo de oferta amigável de liquidação antecipada (“tender offer”), por parte da CESP, ocasião em que foram resgatados em média, 36% do valor de principal dessas séries.

Todas as notas possuem algumas cláusulas restritivas, limitando a possibilidade de a Companhia dar em garantia os seus ativos, em parte ou no todo, para saldar dívidas com terceiros; impossibilitando-a de firmar contratos de arrendamento na forma de “Sale and Leaseback” e obrigando ao cumprimento de determinados índices econômico-financeiros. No caso de descumprimento de tais índices por três trimestres consecutivos, a Companhia deverá resgatar as notas em um prazo de 30 dias. A Companhia tem cumprido satisfatoriamente os índices exigidos que são calculados trimestralmente com base nas Demonstrações Financeiras em moeda de poder aquisitivo constante (correção integral).

- (4) Referia-se a saldo de "Contrato de Refinanciamento de Dívida", firmado pela Companhia, à luz da Lei Federal nº 7.976/93, em 25 de março de 1994, junto ao Banco do Brasil S.A., com garantia do Governo do Estado, no qual US\$ 1.067 milhões foram refinanciados por um período de 16 anos, tendo ocorrido o primeiro pagamento em 30 de junho de 1995, com juros baseados na LIBOR + 0,8125% a.a.. Este contrato foi quitado integralmente em 15 de agosto de 2006.
- (5) Refere-se a transferência de saldo da Conta de Resultados a Compensar - CRC da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL à CESP, atualizado pela variação do dólar norte-americano, com pagamento em parcelas semestrais até 2010 e juros calculados com base em 50% da taxa LIBOR + 0,40625% a.a..

16.3. Informações sobre Operações em Moeda Nacional

- (6) Valor de principal composto por saldo de R\$ 263.103 referente ao contrato junto à União (BNDES/BIBS) com amortização mensal até março de 2014 e garantia do Governo do Estado, acrescido de juros de 8,40% a.a., indexado de duas formas:
 - (a) TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo com redutor de 6% a.a., para a parte referente aos direitos adquiridos do BNDES pela União;
 - (b) IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado, para a parte referente ao acordo denominado Brazil Investment Bond Exchange Agreement - BIBS - títulos emitidos pela República Federativa do Brasil em troca de obrigações financeiras garantidas pela União junto a bancos comerciais estrangeiros.

Saldo de R\$ 202.691 referente a operações de empréstimos no mercado interno com diversas instituições financeiras.

- (7) Referia-se a Contrato de Cessão de Crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, celebrado em 16 de abril de 2004, com garantia formal do Tesouro Nacional, quando foram transferidos à CESP recursos destinados integralmente à quitação de principal de obrigações e juros junto à União e o próprio BNDES. Por força deste contrato foram quitados, na data da celebração, juros vencidos e vincendos até junho de 2005.

Esta operação, contratada pelo montante de R\$ 1,2 bilhões, possuía carência de um ano, com juros de 2% a.a. acima da SELIC, amortização em 20 parcelas trimestrais e contragarantia do Tesouro do Estado de São Paulo. Objetivando a ampliação da carência foi assinado, em 15 de julho de 2005, o Termo Aditivo ao Contrato original, sem alteração do valor original contratado. Em 14 de agosto de 2006, a Companhia quitou este contrato antecipadamente no montante de R\$ 1.676 milhões.

- (8) Refere-se à 10ª emissão de debêntures simples, com remuneração pelo CDI acrescido de juros de 2% a.a., tendo a primeira negociação ocorrido em 7 de julho de 2003.

Emissão		Resgate			Remuneração	Pagamento de Juros	Saldos em	
Nº	Data	Séries	Início	Término			2006	2005
9ª	01.02.2002	18	09.2004	02.2006	CDI + juros de 2% a.a.	Mensal	-	69.963
10ª	01.03.2003	18	04.2006	09.2007	CDI + juros de 2% a.a.	Mensal	227.135	441.367
							<u>227.135</u>	<u>511.330</u>

Os recursos obtidos foram utilizados exclusivamente no pagamento de empreiteiros e fornecedores de equipamentos da Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera).

- (9) Os Certificados a Termo de Energia Elétrica CTEE's são títulos que tiveram por objetivo único e exclusivo a obtenção de recursos para o custeio de obras civis e fornecimento de equipamentos para a usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera).

Emissão		Resgate			Remuneração		Saldos em		
IIº	Data	Otd.	Séries	Início	Término	Índice A	Índice B	2006	2005
8ª	01.03.2002	1.205.031	18	10.2004	03.2006	Tarifa classe B3 (CPFL)	CDI + 2,5% juros	-	60.306
9ª	01.05.2003	1.120.014	18	06.2006	11.2007	Tarifa classe B3 (EBE)	CDI + 2,0% juros	349.488	536.027
								<u>349.488</u>	<u>596.333</u>

A remuneração por ocasião do resgate é efetuada pela comparação da variação dos índices pactuados na operação, sendo o pagamento pelo maior deles. A 9ª emissão é composta por 1.120.014 títulos, divididos em 18 séries, com prazo de carência de 36 meses para início do resgate.

- 16.4. O saldo devedor de principal em moeda estrangeira apresenta a seguinte composição:

Moeda	2006			2005		
	R\$ mil	US\$ mil (Equivalente)	%	R\$ mil	US\$ mil (Equivalente)	%
US\$.....	3.493.872	1.634.178	88,56	3.944.127	1.685.020	87,22
Euro.....	444.750	208.022	11,27	560.810	239.591	12,40
CHF.....	6.569	3.072	0,17	17.259	7.373	0,38
	<u>3.945.191</u>	<u>1.845.272</u>	<u>100,00</u>	<u>4.522.196</u>	<u>1.931.984</u>	<u>100,00</u>

16.5. O saldo do principal de empréstimos e financiamentos a longo prazo, em 31 de dezembro de 2006, tem seus vencimentos assim programados:

	Moeda Estrangeira		Moeda Nacional	Total
	US\$ mil		R\$ mil	R\$ mil
	(Equivalentes)	R\$ mil		
2008.....	277.676	593.671	120.985	714.656
2009.....	78.222	167.238	50.044	217.282
2010.....	92.260	197.252	41.474	238.726
2011.....	463.904	991.827	41.474	1.033.301
2012.....	77.418	165.520	41.474	206.994
Após 2012.....	624.178	1.334.493	81.262	1.415.755
	1.613.658	3.450.001	376.713	3.826.714

16.6. As principais moedas e indexadores de empréstimos e financiamentos apresentaram as seguintes variações percentuais:

	No Exercício	
	2006	2005
US\$.....	(8,66)	(11,82)
CHF.....	(1,51)	(23,92)
Euro.....	1,85	(23,50)
TR.....	2,04	2,83
IGP - M.....	3,83	1,21
IGP - DI.....	3,79	1,22

17. VALORES A PAGAR

Credor	Objeto	2006			2005
		Circulante	Não Circulante	Total	Total
ELETROBRÁS	- Energia de ITAIPU, Própria e Transporte de Potência (a).....	28.851	156.277	185.128	190.282
	- Refinanciamento (b).....	3.161	20.284	23.445	24.537
		32.012	176.561	208.573	214.819
BNDES/MAE	- Racionamento (c).....	-	-	-	178.005
		32.012	176.561	208.573	392.824

a) Saldo remanescente de contrato de refinanciamento de aquisição de energia, sem a prestação de garantias adicionais por parte da Companhia, celebrado em 14 de julho de 1998, com prazo de 168 meses e atualização pela variação do IGP-M, acrescido de juros de 10% a.a., vencíveis mensalmente, que foi repactuado através de aditivo celebrado em 22 de dezembro de 2004, com carência de 12 meses, para pagamento em 118 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento final em 22 de março de 2016.

- b) Refere-se a Termo Aditivo ao contrato referido no item “a”, autorizado pela Resolução de Diretoria nº 374/04 da Eletrobrás, celebrado em 22 de dezembro de 2004, a título de refinanciamento de parcelas vencidas e não pagas entre agosto de 2003 e julho de 2004, para pagamento em 118 parcelas mensais e sucessivas, nas mesmas condições do contrato original, com vencimento final em 22 de março de 2016.
- c) Referia-se a contratos de financiamento, firmados em 23 de dezembro de 2002 e 1º de julho de 2003, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para pagamento em 60 e 55 meses, a partir de março e agosto de 2003, com juros de 1% a.a. (a título de “spread”), acima da SELIC, que vinham sendo amortizados com recursos recebidos das Distribuidoras por conta do Acordo Geral do Setor Elétrico (Nota 5). Estes recursos destinaram-se integralmente à liquidação dos créditos de energia de curto prazo e dos débitos de energia de geradores livres e energia de curto prazo, face ao programa de racionamento. Estes contratos foram quitados antecipadamente em 14 de agosto de 2006, pelo montante de R\$ 136,5 milhões.

18.FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

	2006			2005
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
- FIDC I.....	125.596	251.191	376.787	432.697
- FIDC II.....	157.187	445.363	602.550	655.420
- FIDC III	169.841	467.063	636.904	305.205
	<u>452.624</u>	<u>1.163.617</u>	<u>1.616.241</u>	<u>1.393.322</u>

18.1. FIDC I

Em 30 de dezembro de 2004 ocorreu o ingresso dos recursos do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, lançado pela CESP e por um pool de instituições financeiras, formado pelos Bancos Itaú BBA S.A., ABC Brasil S.A. e Bradesco S.A., sob a coordenação deste último, que também é o administrador/custodiante e gestor do fundo.

O fundo, do tipo fechado, no montante de R\$ 450 milhões, equivalente a 1.500 quotas seniores, com prazo de 5 anos, amortização mensal e juros indexados pelo CDI + 1,9% a.a. é lastreado por recebíveis de fornecimento de energia de alguns clientes da CESP, classificados como consumidores livres, com vencimento final em 30 de dezembro de 2009.

18.2. FIDC II

Em 5 de outubro de 2005 ocorreu o ingresso dos recursos do FIDC II, no montante de R\$ 650 milhões, lançado pela CESP em conjunto com os Bancos ABC Brasil S.A., Bradesco S.A. e sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A., com prazo de 5 anos, amortização mensal e juros indexados pelo CDI + 1,65% a.a., com vencimento final em 5 de outubro de 2010.

O fundo, do tipo fechado, foi constituído mediante cessão de créditos oriundos de 57 CCEAR's 2005/2006 (Contrato de Compra de Energia no Ambiente Regulado), assinados com 29 distribuidoras de energia elétrica.

18.3. FIDC III

Em 31 de agosto de 2006 foi concluída a operação do FIDC III, no montante de R\$ 650 milhões, sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. e participação dos bancos Bradesco S.A. e ABC Brasil S.A., prazo de 4 anos, amortização mensal e juros indexados pelo CDI + 1,5% a.a.. O fundo utiliza excedentes dos contratos cedidos ao FIDC II, com vencimento final em 31 de agosto de 2010.

Os recursos das operações foram destinados à liquidação de obrigações do serviço da dívida da Companhia.

A Companhia possui créditos próprios em quotas subordinadas das três operações no valor de R\$ 103.126 (Nota 8).

19. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

	2006			2005
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
- Benefício Suplementar				
Proporcional Saldado - BSPS:.....	25.290	290.692	315.982	392.156
- Contrato de Dívida.....	11.833	117.346	129.179	133.721
- Deliberação CVM nº 371/2000.....	-	88.975	88.975	76.867
	<u>37.123</u>	<u>497.013</u>	<u>534.136</u>	<u>602.744</u>

19.1. Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS

Refere-se a saldo de contrato de ajuste das Reservas Matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente junto à Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao “benefício suplementar proporcional saldado” - BSPS. O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a. que, em 2006, foi de 9,82%. Anualmente ao final de cada exercício o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ao saldo do contrato e as parcelas do circulante são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

19.2. Contrato de Dívida

Refere-se a saldo de contrato de confissão de dívida de liquidação de retenção de reservas com início em 30 de dezembro de 1997, que previa amortização em 96 parcelas mensais e atualização pela variação da TR e juros de 8% a.a. Ao final de cada exercício contábil da Fundação, compara-se o resultado obtido com o custo atuarial (IGP-DI + 6% a.a.), prevalecendo aquele que apresentar o maior resultado.

Em 28 de abril de 2004, ambos os contratos foram repactuados entre as partes, com carência de 24 meses para pagamento do principal e amortização em 143 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2006, com vencimento final em 30 de setembro de 2017.

19.3. Deliberação CVM nº 371/2000

Trata-se de provisão para ajuste dos saldos devidos à Fundação CESP, aos compromissos assumidos com a entidade de previdência a empregados, calculados de acordo com os requisitos da Deliberação CVM nº 371.

Informações adicionais relacionadas a valores com a Fundação CESP estão contidas na Nota 31.

20. TAXAS REGULAMENTARES

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Quota Mensal.....	4.201	2.373
- Diferença de Quotas - 2003 e 2004.....	651	8.614
- Diferença de Quotas - 2005 (1).....	22.902	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	26.623	22.732
Quota de Consumo de Combustível - CCC.....	-	69
Taxa de Fiscalização - ANEEL.....	647	787
Quota da Conta de Desenvolvimento Energético.....	-	1.581
Quotas para P&D - FNDCT (2).....	11.360	8.908
Quotas para P&D - EPE (2).....	9.184	4.454
	<u>75.568</u>	<u>49.518</u>
Não Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de Quotas - 2005.....	-	16.224
- Diferença de Quotas - 2006 (3).....	12.151	-
	<u>12.151</u>	<u>16.224</u>
	<u>87.719</u>	<u>65.742</u>

(1) Através do Despacho ANEEL nº 53, de 12 de janeiro de 2007, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2007.

(2) Referem-se ao saldo das quotas provisionadas de P&D - Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento a serem recolhidas pela Companhia em 2007, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e para a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

(3) Diferença de recolhimentos de 2006, cuja forma de pagamento deverá ser definida pela ANEEL no início de 2008.

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia responde por diversos processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária e cível. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável e parte possível.

Composição:

	2006		2005	
	Valor da Provisão		Valor da Provisão	
	No exercício	Acumulada	No exercício	Acumulada
Circulante				
Trabalhistas				
Ação de periculosidade.....	1.899	22.324	2.014	20.425
Ações diversas	(20.716)	41.462	29.223	62.178
	(18.817)	63.786	31.237	82.603
Cíveis				
Portaria DNAEE 38 e 45/86.....	2.101	12.618	(3.382)	10.517
Ações diversas	(6.702)	13.217	(4.292)	19.919
	(4.601)	25.835	(7.674)	30.436
Tributárias				
Ações diversas	(3.637)	14.818	2.777	18.455
	(27.055)	104.439	26.340	131.494
Não Circulante				
Desapropriações e Indenizações				
Ações diversas.....	10.338	284.817	153.853	274.479
TOTAL	(16.717)	389.256	180.193	405.973

A CESP é pólo passivo em ações administrativas e judiciais de natureza tributária, ambiental, trabalhista, bem como decorrentes de desapropriações. Em 31 de dezembro de 2006, o valor total pleiteado pelos demandantes é de R\$ 2.291 milhões. Nesta mesma data, o provisionamento total para as contingências administrativas e judiciais é de R\$ 389 milhões, para as quais a Companhia possui depósitos judiciais no montante de R\$ 32 milhões (ativo não circulante) referente a alguns processos envolvendo ações cíveis, trabalhistas e tributárias (Nota 8) e R\$ 131 milhões (imobilizado em curso). As principais ações encontram-se descritas resumidamente a seguir.

A Administração da Companhia, embasada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

21.1. Ações Judiciais

a) Reclamações Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2006, as reclamações trabalhistas movidas contra a CESP montavam a R\$ 187,7 milhões. A CESP mantém registradas provisões para enfrentar eventuais obrigações no montante de R\$ 64 milhões e realizou depósitos judiciais para alguns processos, da ordem de R\$ 14 milhões.

Uma das ações, movida pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas e Região, consiste em pedido de adicionais de periculosidade. Já foram emitidas decisões desfavoráveis à CESP em duas instâncias. Em 31 de dezembro de 2006, o montante em discussão era de R\$ 22,3 milhões, com provisão integral para este litígio.

Outras ações movidas pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Itanhaém, Bertioga, Guarujá, Litoral Sul e Vale do Ribeira e Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de São Paulo, objetivam um reajuste de 17,28% sobre pagamentos efetuados sob um acordo judicial. Com base em decisões anteriores e na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia acredita que o risco de perda nesta ação é remoto e por isso não constituiu provisão. O valor das reclamações em 31 de dezembro de 2006, era de R\$ 49,4 milhões.

Ação também movida pelo Sindicato de Campinas e Região alega que a Companhia não aplicou corretamente a Unidade Real de Valor no cálculo das gratificações anuais na época da implantação do Plano Real. O juiz de primeira instância entendeu que o sindicato não é parte legítima para representar os trabalhadores neste tipo de litígio. O montante em discussão, em 31 de dezembro de 2006, era de R\$ 17,5 milhões, sem provisão, já que a perspectiva de perda é possível.

b) Litígios Cíveis

b.1) Portarias do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE

A CESP está envolvida em ações propostas por consumidores industriais objetivando a restituição dos valores pretensamente pagos a maior a título de tarifa de energia elétrica, durante o ano de 1986. Esses valores decorrem da majoração das alíquotas promovidas pelas Portarias nºs 38 e 45, respectivamente de 28 de fevereiro e de 4 de março de 1986, do antigo DNAEE. O valor estimado total dessas ações era de R\$ 33,5 milhões em 31 de dezembro de 2006, tendo sido registrada provisão de R\$ 12,6 milhões para essas obrigações, que corresponde à expectativa de perdas consideradas prováveis pelos assessores jurídicos da Companhia.

b.2) Ação de Indenização proposta por Construção e Comércio Camargo Corrêa S.A.

Em dezembro de 2000, a empresa Construção e Comércio Camargo Corrêa S.A. ajuizou ação contra a Companhia, pleiteando indenização por perdas e danos referentes à não utilização dos equipamentos e trabalhadores empregados na construção da Usina Porto Primavera em razão da suspensão das obras. O valor da ação, em 31 de dezembro de 2006 era de aproximadamente R\$ 679,3 milhões. A Companhia entende que o pleito da empresa Construção e Comércio Camargo Corrêa S.A. pode ser dividido em três períodos. No primeiro deles, de janeiro de 1988 a junho de 1990, o entendimento é que não houve suspensão da obra que justificasse pagamento de indenização. No segundo período, de fevereiro de 1996 a dezembro de 1998, a empreiteira utilizou os equipamentos e empregados em outras obras, não havendo também, no entendimento da CESP, a necessidade do pagamento de nenhuma indenização. Com relação ao terceiro período, de julho de 1990 a janeiro de 1996, tendo em vista a sentença do processo, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e com base em informações técnicas e estimativas internas, foi constituída a provisão de R\$ 120 milhões referente a esse período (item c).

b.3) Ações de Pescadores

Existem ações em curso contra a CESP, intentadas por pescadores da região da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que pleiteiam indenização por perdas e danos decorrentes do enchimento do reservatório da referida usina até o limite de 257 metros acima do nível do mar. O montante total envolvido nessas ações, em 31 de dezembro de 2006, era de R\$ 146,1 milhões. A CESP não registrou provisão para fazer frente a eventuais indenizações, considerando a análise do mérito desses pedidos de indenização por parte de seus assessores jurídicos, análise do estágio dos processos e das decisões já proferidas na esfera judicial e experiências anteriores.

b.4) Ações de Oleiros Ceramistas

Trata-se de ações propostas por oleiros ceramistas impactados quando da formação da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. São 141 ações envolvendo o valor de R\$ 177,1 milhões para 31 de dezembro de 2006. Os pedidos formulados são diversos destacando-se, entre eles, o pedido de prorrogação do prazo de 8 anos estabelecido nos compromissos firmados entre a CESP e os impactados como tempo para manutenção da atividade oleiro ceramista. Este prazo foi o referencial para a CESP promover o estoque de argila necessário. Nestes casos a CESP tem obtido êxito e os processos estão classificados como perspectiva possível, não tendo sido registrada provisão.

c) Ações de Desapropriações/Indenizações

Diversas ações estão em curso, nas quais se discute o valor da indenização a ser paga pela Companhia, em virtude da desapropriação de imóveis situados nas áreas das usinas, envolvendo obrigações e questões judiciais de empreendimentos das empresas de geração AES Tietê, Duke Energy e a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (cidadãs da CESP), cuja responsabilidade pelo pagamento das ações existentes até 31 de março de 1999 é da CESP. Em 31 de dezembro de 2006, o valor da pretensão dos reclamantes correspondente às diversas ações (inclusive CESP) era de aproximadamente R\$ 594,1 milhões. A CESP mantém registrada provisão de R\$ 134 milhões para as obrigações referentes às empresas cidadãs e de R\$ 151 milhões para as ações de desapropriações e/ou indenizações envolvendo suas usinas, que correspondem à expectativa de perdas consideradas prováveis pelos assessores jurídicos da Companhia (incluindo R\$ 120 milhões - item b.2).

d) Litígios Tributários

A CESP está envolvida em ações judiciais tributárias, as quais discutem a constitucionalidade da cobrança (i) da contribuição à Reserva Global de Reversão ("RGR"), (ii) da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do (iii) Salário Educação, além do recolhimento de impostos sobre a propriedade (i) predial e territorial urbana (IPTU) e (ii) rural (ITR), sendo a principal:

- RGR

Ação proposta pelo SIEESP – Sindicato da Indústria de Energia Elétrica, representando a CESP e outras concessionárias de energia elétrica, contra a União e a Eletrobrás, visando a declaração de inconstitucionalidade da cobrança da RGR. Em sentença de primeira instância, o feito foi extinto sem julgamento de mérito (ilegitimidade do SIEESP) e condenação em 10% de honorários sobre o valor da causa.

Quanto ao valor da causa, a União e a Eletrobrás apresentaram impugnações, as quais foram acolhidas, sendo que o SIEESP interpôs agravos de instrumento ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, buscando a reforma das decisões, ainda pendentes de julgamento.

e) Litígios Ambientais

A CESP responde por 30 ações ambientais que têm por objeto, a implantação de escada de peixe, mata ciliar, unidade de conservação, de proteção de encostas e indenização por perdas econômicas. Por se tratar de ações envolvendo danos ao meio ambiente, os valores envolvidos só serão apurados em liquidação de sentença.

Existe, ainda, uma ação cível pública promovida pela Colônia de Pescadores Profissionais, em curso na Comarca de Dourados, pleiteando indenização de danos à ictiofauna em razão do enchimento do reservatório de Porto Primavera. O valor envolvido nesta ação era de aproximadamente R\$ 21,4 milhões em 31 de dezembro de 2006. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, não constituiu provisão, por entender que o risco de perda nesta ação é remoto.

22.OUTROS - PASSIVO

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Circulante		
Antecipação de Recebíveis - Consumidores Livres (a).....	23.273	23.273
Fundação CESP (b).....	14.579	13.794
P & D - Projetos 1º e 2º Ciclos.....	23.527	9.609
Passivo Regulatório (c).....	28.160	-
Adiantamento de Clientes - Supridores.....	-	6.205
Outros.....	2.629	1.734
	<u>92.168</u>	<u>54.615</u>
Longo Prazo		
Antecipação de Recebíveis - Consumidores Livres (a).....	122.399	145.672
	<u>214.567</u>	<u>200.287</u>

- a) Refere-se a contratos firmados com consumidores livres em 2005, os quais vêm sendo amortizados mensalmente com recebíveis de fornecimento de energia.
- b) Refere-se a saldo de prestação de contas com a Entidade de Previdência e inclui principalmente contingência previdenciária junto ao INSS, com perspectiva de perda possível.
- c) Saldo de Passivo Regulatório e Resarcimento de Tarifa, decorrente da majoração das alíquotas de PIS e COFINS, em 2003 e 2004, respectivamente. Face à edição da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, artigo 109, e por determinação da ANEEL através de resoluções, estes valores estão sendo devolvidos em 12 parcelas às distribuidoras.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

23.1. Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 5.975.433 está dividido em 109.167.557 mil ações ordinárias, 8.119.547 mil ações preferenciais classe A e 210.215.567 mil ações preferenciais classe B. O capital social autorizado da CESP, conforme Estatuto Social aprovado em AGE de 8 de abril de 2005 é de até R\$ 8.000.000.

Os principais acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2006 são os seguintes:

	Quantidades de Ações - Em milhares							
	Ordinárias		Preferenciais Classe A		Preferenciais Classe B		Total	
		%		%		%		%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:								
Fazenda do Estado de São Paulo.....	102.268.326	93,68	-	-	7.022.136	3,34	109.290.462	33,37
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ.....	1.761.684	1,61	-	-	17.005.713	8,09	18.767.397	5,73
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.....	6.691	0,01	-	-	-	-	6.691	-
Companhia Paulista de Parcerias - CPP.....	-	-	-	-	13.793.103	6,56	13.793.103	4,21
Outros.....	2.087	-	-	-	-	-	2.087	-
	<u>104.038.788</u>	<u>95,30</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>37.820.952</u>	<u>17,99</u>	<u>141.859.740</u>	<u>43,31</u>
Outros								
Banco Santander Banespa S.A.	973.479	0,89	-	-	29.229.345	13,91	30.202.824	9,22
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS.....	37.634	0,04	6.664.527	82,08	-	-	6.702.161	2,05
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR.....	-	-	-	-	9.804.196	4,66	9.804.196	3,00
The Bank of New York - ADR Department..	3.000	-	128.328	1,58	-	-	131.328	0,04
Capital Group Internacional INC.....	-	-	-	-	10.760.300	5,12	10.760.300	3,29
Banco Opportunity.....	149.962	0,14	-	-	29.263.420	13,92	29.413.382	8,98
Fazenda do Estado de Mato Grosso.....	4.384	-	-	-	-	-	4.384	-
Fazenda do Estado de Goiás.....	73	-	-	-	-	-	73	-
Pessoas Físicas.....	2.122.103	1,94	1.191.607	14,68	4.749.099	2,26	8.062.809	2,46
Outras Pessoas Jurídicas.....	1.831.402	1,68	104.195	1,28	88.588.255	42,14	90.523.852	27,64
Outros.....	6.732	0,01	30.890	0,38	-	-	37.622	0,01
	<u>109.167.557</u>	<u>100,00</u>	<u>8.119.547</u>	<u>100,00</u>	<u>210.215.567</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.671</u>	<u>100,00</u>
Total em R\$ Mil.....	<u>1.991.811</u>		<u>148.145</u>		<u>3.835.477</u>		<u>5.975.433</u>	

23.2. Direitos das Ações

As ações preferenciais classe A têm as seguintes características:

- (I) a prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia;
- (II) dividendo prioritário anual, não cumulativo, de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor do capital social integralizado representado por ações preferenciais classe A, a ser rateado igualmente entre estas;
- (III) direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe B, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado;

(IV) direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe B; e

(V) não terão direito a voto e serão irredimíveis.

Às ações preferenciais classe A é conferido o direito previsto no artigo 111, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76.

As ações preferenciais classe B têm as seguintes características:

(I) direito ao recebimento de um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao acionista controlador alienante na hipótese de alienação do controle da Companhia;

(II) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias da distribuição do dividendo obrigatório atribuído a tais ações nos termos deste Estatuto Social;

(III) direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe A, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos em votação em separado;

(IV) direito de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe A;

(V) não terão direito a voto e não adquirirão esse direito mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos; e

(VI) serão irredimíveis.

Cada ação ordinária nominativa tem direito a 1(um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Conforme disposto no artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas, observadas as disposições legais e as condições previstas, poderão converter (i) ações preferenciais classe A em ações ordinárias e em ações preferenciais classe B e (ii) ações ordinárias em ações preferenciais classe A e em ações preferenciais classe B, em ambos os casos, desde que integralizadas. As ações preferenciais classe B da Companhia são inconvertíveis.

23.3. Reservas

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Reservas de Capital		
Ágio na Subscrição de Ações.....	10.373	10.373
Remuneração de Bens e Direitos Constituídos com Capital Próprio.....	34.297	34.297
Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio (a).....	4.937.750	4.937.750
Doações e Subvenções para Investimentos.....	29.106	29.106
Subvenções para Investimentos - CRC.....	429.396	429.396
Incentivos Fiscais - FINAM/FINOR.....	101.197	101.197
	<u>5.542.119</u>	<u>5.542.119</u>

(a) Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio

Refere-se a créditos resultantes da capitalização da remuneração sobre recursos próprios utilizados durante a construção do ativo imobilizado, calculada até 31 de dezembro de 1998, aplicada às obras em andamento.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de uma série de transações com partes relacionadas, das quais destacamos as principais:

	BANCO HOSSA CAIXA S.A.		SECRETARIA DA FAZENDA		ELETROBRÁS		FUNDAÇÃO CESP	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
ATIVO								
CIRCULANTE								
Aplicações financeiras	126.478	21.962	-	-	-	-	-	-
Outros Créditos (Nota 11(a)).....	-	-	3.532	3.023	-	-	-	-
	<u>126.478</u>	<u>21.962</u>	<u>3.532</u>	<u>3.023</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
PASSIVO								
CIRCULANTE								
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	10.499	16.744	-	-
Valores a Pagar	-	-	-	-	32.012	28.571	-	-
Entidade de Previdência a Empregados.....	-	-	-	-	-	-	37.123	44.129
NÃO CIRCULANTE								
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	61.819	66.626	-	-
Valores a Pagar	-	-	-	-	176.561	186.248	-	-
Entidade de Previdência a Empregados.....	-	-	-	-	-	-	368.132	558.615
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>280.891</u>	<u>298.189</u>	<u>405.255</u>	<u>602.744</u>

As condições e a natureza das operações acima apresentadas estão descritas nas Notas 3, 11, 16, 17 e 19.

24.1. Efeito no Resultado

	2006	2005
RECEITAS FINANCEIRAS		
Aplicações financeiras	36.874	1.081
Outros Créditos.....	509	370
	<u>37.383</u>	<u>1.451</u>
ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS/CAMBIAIS		
Empréstimos e Financiamentos	(5.478)	(4.578)
Valores a Pagar	(28.828)	(23.539)
	<u>(34.306)</u>	<u>(28.117)</u>
DESPESAS OPERACIONAIS		
Entidade de Previdência a Empregados	2.707	(29.946)
	<u>5.784</u>	<u>(56.612)</u>

24.2. Gestão Compartilhada CESP/EMAE

Por decisão dos Conselhos de Administração da CESP e da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (empresa também controlada pelo governo do Estado de São Paulo), desde dezembro de 2002, as duas empresas passaram a ser geridas por Diretoria única. As áreas gerenciais passaram a atuar de forma coordenada e as áreas operacionais passaram a atuar de forma integrada, mediante acordos técnico-operacionais assinados entre as partes. Os Acordos prevêm adequada segregação de custos contábeis e orçamentários, além dos correspondentes reembolsos de gastos, se incorridos de uma empresa para a outra.

25. RECEITAS DE VENDA, CUSTO DE COMPRA DE ENERGIA E USO DA REDE ELÉTRICA

25.1. Contratos de Compra e Venda de Energia

Conforme Decreto nº 5.163, de 30 de junho de 2004, e condições estabelecidas pela Resolução Normativa nº 206, de 22 de dezembro de 2005, as concessionárias de distribuição, com mercado inferior a 500 GWh/ano poderão optar pela continuidade da aquisição de energia elétrica do atual agente supridor, para atendimento total ou parcial de seu mercado, através dos Contratos de Compra e Venda de Energia - CCEs, além dos contratos de conexão e de uso.

Neste segmento, a CESP possui contratos com quatro distribuidoras, contendo cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, que será aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Concessionárias	Mês do Reajuste	Tarifas de Energia		(% de Reajuste)
		2005 (*)	2006	
Jaguari	Fevereiro	85,10	68,15	3,34
CSPE		88,23	65,70	3,30
CPEE		95,99	65,56	3,26
Mococa		102,47	93,09	3,35

(*) Em 2005 as tarifas refletiam os valores dos Contratos Iniciais, já encerrados.

25.2. Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's e Atualização de Preços

A CESP iniciou em 2005, o atendimento dos contratos com 35 distribuidoras para o suprimento de energia, em decorrência do leilão realizado em 7 de dezembro de 2004 (Nota 1.4).

Esses contratos têm cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, que está sendo aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Concessionárias	Mês do Reajuste	Produto 2005-2012	Produto 2006-2013	(%) de Reajuste
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	66,02	72,69	6,31
Ampla	Março	66,29	72,98	6,75
Enersul, Cemat, CPFL, Cemig, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce, Energipe e Celpe	Abril	66,58	73,30	7,21
Nacional, Caiuá, Vale Paranapanema e Bragantina	Maiο	66,72	73,45	7,43
Cataguazes e Copel	Junho	66,78	73,53	7,54
Celtins e Eletropaulo	Julho	66,64	73,37	7,31
Celesc, Celpa, Escelsa-D, Ceb, Elektro, Ceal, Cepisa, Cemar e Saelpa	Agosto	66,77	73,51	7,52
Celg	Setembro	66,80	73,55	7,58
Bandeirante, Piratininga e CEEE-D	Outubro	66,94	73,70	7,80
Light	Novembro	67,16	73,94	8,15

25.3. Energia Vendida

	MWh (*)		R\$ Mil	
	2006	2005	2006	2005
Fornecimento (1)				
Industrial.....	6.012.709	5.677.899	476.797	400.396
Comercial.....	35.805	24.369	2.949	1.958
Serviço Público.....	1.716.270	1.561.732	131.140	97.874
	<u>7.764.784</u>	<u>7.264.000</u>	<u>610.886</u>	<u>500.228</u>
Recomposição Tarifária (2).....	-	-	(1.876)	(10.784)
	<u>7.764.784</u>	<u>7.264.000</u>	<u>609.010</u>	<u>489.444</u>
Suprimento				
Contratos				
Contratos Iniciais/(Ajuste).....	(36.402)	8.686.613	(16.708)	732.027
Agentes Comercializadores (3).....	7.529.749	6.090.963	470.813	225.028
Contratos de Compra de Energia - CCE's (4).....	1.046.248	-	75.047	-
	<u>8.539.595</u>	<u>14.777.576</u>	<u>529.152</u>	<u>957.055</u>
Leilões de Energia (4)				
Produto 1 CCEAR 2005-2012				
ELETROPAULO.....	758.112	909.338	48.799	56.470
COPEL D.....	692.964	744.500	44.660	46.233
COELBA.....	616.276	616.376	40.147	38.277
LIGHT.....	466.337	446.388	29.406	27.721
ELEKTRO.....	416.422	405.089	26.572	25.156
CEMIG D.....	393.952	410.367	25.777	25.484
CELPA.....	357.519	339.798	22.918	21.101
CEMAR.....	264.971	259.772	16.919	16.132
CELG.....	256.789	280.965	16.323	17.448
COELCE.....	233.996	268.029	15.273	16.645
Concessionárias Diversas.....	2.126.507	2.247.845	137.092	139.591
	<u>6.583.845</u>	<u>6.928.467</u>	<u>423.886</u>	<u>430.258</u>
Produto 2 CCEAR 2006-2013				
CEMIG D.....	1.342.592	-	96.716	-
LIGHT.....	965.853	-	66.950	-
ELETROPAULO.....	926.502	-	65.660	-
COELBA.....	613.578	-	44.033	-
COPEL D.....	606.030	-	43.004	-
ELEKTRO.....	511.123	-	35.968	-
CELPE.....	456.445	-	32.638	-
AES SUL.....	450.385	-	32.270	-
BANDEIRANTE.....	374.279	-	25.978	-
COELCE.....	357.030	-	25.656	-
Concessionárias Diversas.....	3.357.470	-	237.756	-
	<u>9.961.287</u>	<u>-</u>	<u>706.629</u>	<u>-</u>
	<u>25.084.727</u>	<u>21.706.043</u>	<u>1.659.667</u>	<u>1.387.313</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (5)				
Energia de Curto Prazo.....	-	-	128.626	225.526
Total.....	32.849.511	28.970.043	2.397.303	2.102.283

(1) Refere-se a vendas de energia a consumidores livres no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

(2) Refere-se à parcela adicional de tarifa, aplicada desde dezembro de 2001, denominada Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, em consequência do período de racionamento ocorrido entre junho de 2001 a fevereiro de 2002, com término em fevereiro de 2006.

(3) Refere-se ao suprimento de energia as Comercializadoras de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

- (4) Refere-se ao suprimento de energia as Concessionárias de Distribuição de energia elétrica, através de Leilões de Energia e Contratos de Compra de Energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR (Notas 1.4 e 25.1).
- (5) Inclui os valores de faturamento de energia disponível (SPOT e MRE) comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

No ano de 2006, a Companhia registrou (apropriou) o montante de R\$ 128.626 referente a energia não contratada (receita), disponível para venda no âmbito da CCEE.

(*) Quantidades não auditadas pelos Auditores Independentes.

25.4. Energia Comprada e Uso da Rede Elétrica

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (1)		
Energia de Curto Prazo.....	2.367	59.939
Uso da Rede Elétrica (2)		
Conexão - CTEEP	426	1.546
Encargos do serviço do sistema - CCEE.....	6	1.034
Rede Básica.....	252.771	174.227
Rede Básica - parcelamento CESP G (3).....	59.983	39.882
	<u>313.186</u>	<u>216.689</u>

- (1) Inclui os valores de faturamento e fechamento junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, decorrentes da aquisição de energia e do rateio entre as empresas geradoras do país.
- (2) Encargos de conexão e rede básica decorrentes do uso do sistema de transmissão: valores fixados pelas Resoluções Homologatórias ANEEL nºs 354 e 355, de 27 de junho de 2006.
- (3) Parcelamento que se encerra em fevereiro de 2007, referente aos encargos devidos no período de janeiro de 2003 a fevereiro de 2005.

26. DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Despesas Gerais e Administrativas		
Pessoal.....	91.565	74.772
Material.....	3.062	2.487
Serviços de terceiros.....	25.811	22.673
Depreciação.....	5.340	5.675
Taxa de Fiscalização - ANEEL.....	7.768	9.439
Aluguéis.....	3.847	3.206
Outras.....	1.819	1.549
	<u>139.212</u>	<u>119.801</u>
Outras Despesas Operacionais		
Provisão p/ realização de créditos (Nota 5).....	58.003	122.559
Provisões operacionais líquidas de reversão.....	18.951	36.871
Outras.....	1.441	1.255
	<u>78.395</u>	<u>160.685</u>
	<u>217.607</u>	<u>280.486</u>

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS/VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS LÍQUIDAS

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Receita		
Rendimentos de aplicações financeiras.....	37.239	1.419
Atualização de quotas subordinadas - FIDC I, II e III.....	8.919	6.694
Atualização de créditos/recebíveis - EMURB (Nota 6).....	7.135	7.427
Atualização de valores a receber - energia livre (Nota 5).....	58.003	94.628
Acréscimos moratórios em contas de energia.....	1.931	5.938
Atualização de créditos tributários.....	17.177	-
Juros sobre o capital próprio/dividendos.....	4.398	3.696
Outras.....	10.486	481
	<u>145.288</u>	<u>120.283</u>
Despesa		
Encargos de Dívidas		
Moeda estrangeira.....	(450.196)	(480.778)
Moeda nacional.....	(185.126)	(206.911)
	<u>(635.322)</u>	<u>(687.689)</u>
Outras		
Encargos s/ tributos e contribuições sociais.....	(60.205)	(48.381)
Contrato ELETROBRÁS.....	(20.893)	(21.434)
Atualização de encargos de uso da rede elétrica - parcelamento.....	(23.881)	(12.215)
Atualização P&D - projetos.....	(3.757)	-
Despesas c/ Lançamento - FIDC.....	(22.658)	(23.196)
Despesas c/ Oferta pública de ações (item não recorrente).....	(43.231)	-
CPMF.....	(28.571)	(22.642)
Imposto s/ operações financeiras.....	(6.740)	(16.146)
Outras.....	(27.412)	(20.624)
	<u>(237.348)</u>	<u>(164.638)</u>
	<u>(872.670)</u>	<u>(852.327)</u>
	<u>(727.382)</u>	<u>(732.044)</u>
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas		
Moeda nacional.....	(498.100)	(635.819)
Moeda estrangeira.....	336.184	775.891
	<u>(161.916)</u>	<u>140.072</u>
	<u>(889.298)</u>	<u>(591.972)</u>

28. DESPESAS NÃO OPERACIONAIS

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Provisão p/ desvalorização de investimentos.....	(443)	(108)
Ganhos/(perdas) na alienação de bens e direitos.....	(6.120)	(1.248)
Contribuições ao Instituto Criança Cidadã - ICC.....	(1.500)	(1.058)
Indenizações diversas - cindidas (a).....	(18.313)	(21.923)
Provisão p/ contingências - cindidas (a).....	(15.904)	(16.203)
Contribuições por conta de Convênios.....	(26.315)	(23.978)
Outras receitas/(despesas).....	(1.433)	789
	<u>(70.028)</u>	<u>(63.729)</u>

a) Pelo Protocolo de Cisão - Parcial da CESP, as obrigações referentes a desapropriações e indenizações anteriores a 31 de março de 1999 são de responsabilidade da Companhia (Nota 21(c)).

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - RESULTADO

A Companhia apura mensalmente o Imposto de renda e a Contribuição social, com base em balancete de suspensão ou redução, onde são consideradas as adições/exclusões (temporárias ou permanentes) previstas na legislação, bem como as variações cambiais líquidas positivas sobre empréstimos e financiamentos, face a opção pelo regime de caixa para tributação dessas variações.

As parcelas dos tributos e contribuições sociais (IR e CSLL) foram calculadas sobre o lucro tributável até o mês das demonstrações financeiras do exercício.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota nominal

O quadro a seguir é uma conciliação da despesa tributária apresentada e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária total de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social) sobre o lucro fiscal tributável.

	2006	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízo antes dos impostos e contribuições	(143.431)	(143.431)
Imposto de renda e Contribuição social - alíquotas nominais de 25% e 9%.....	35.858	12.909
Adições		
Provisões diversas.....	(37.605)	(11.449)
Permanentes.....	(853)	(254)
Variações cambiais líquidas (positivas) s/ empréstimos e financiamentos.....	(549.489)	(197.816)
	(587.947)	(209.519)
Exclusões		
Provisões diversas (reversão).....	16.627	5.805
Permanentes.....	14.859	152
Variações cambiais líquidas (positivas) s/ empréstimos e financiamentos.....	423.542	154.029
	455.028	159.986
Imposto de renda e Contribuição social - Despesa efetiva no resultado (*).....	(97.061)	(36.624)

(*) Dos valores apropriados no resultado, foram realizados/compensados para fins de recolhimento R\$ 29.588 de Prejuízo fiscal - Imposto de renda e R\$ 10.105 de Base negativa de Contribuição social (Nota 9(a)).

30. GERAÇÃO INTERNA DE RECURSOS - EBITDA/LAJIDA (AJUSTADA) (*)

	2006	2005
Prejuízo do exercício	(118.365)	(195.761)
Imposto de renda e Contribuição social (Líquidas).....	(25.066)	102.966
Receitas e (despesas) financeiras líquidas.....	886.591	621.918
Despesas não operacionais líquidas.....	70.028	63.729
= EBIT / LAJIR	813.188	592.852
Depreciação e provisões (DRE e Nota 26).....	557.611	638.371
= EBITDA / LAJIDA (AJUSTADA)	1.370.799	1.231.223

O EBITDA compreende o resultado da Companhia (prejuízo contábil) excluído dos efeitos de juros, depreciações, amortizações e impostos.

O quadro apresentado tem por objetivo fornecer informações adicionais para fins de análise do público interessado.

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

31. PLANOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO AOS EMPREGADOS

Através da Fundação CESP são mantidos planos de suplementação de aposentadorias e pensão aos empregados da CESP. A entidade patrocinadora é a própria CESP. Os planos proporcionam benefícios de suplementação de aposentadorias e pensão, utilizando o regime financeiro de capitalização. O valor presente dos benefícios a serem pagos, menos o valor presente das contribuições futuras, determina as necessidades de reservas.

A CESP, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997 objetivando equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a CESP oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica, os quais também são administrados pela Fundação CESP.

31.1. Plano "B" e "B1" - Suplementação de Aposentadorias

Em decorrência do saldamento do Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS (Plano B) existente junto à Fundação CESP (Nota 19), foi criado o Plano B1 de benefícios, que substituiu o Plano B. Este plano entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 1998.

O custeio desse plano ocorre por contribuições paritárias entre a empresa e os empregados. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por consultor atuarial independente.

Os benefícios do Plano B anterior se mantêm idênticos para os participantes assistidos. No caso dos participantes não assistidos, as reservas correspondentes aos mesmos foram salgadas pela patrocinadora em 31 de dezembro de 1997 e os benefícios serão pagos aos participantes, também na forma de renda vitalícia, quando do início do prazo de suas aposentadorias. O saldo do Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é corrigido até a data do início dos pagamentos dos benefícios pelo IGP-DI publicado pela Fundação Getúlio Vargas e quando do início da concessão dos benefícios de acordo com o mesmo índice, nas mesmas datas em que forem reajustados os benefícios da Previdência Social.

31.2. Deliberação CVM nº 371 - Contabilização dos Planos de Pensão

De acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, a Companhia vem registrando os ajustes dos passivos referentes a esses planos diretamente no resultado. Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado.

Demonstramos a seguir a situação dos Planos da Companhia em 31 de dezembro de 2006 e 2005, no que se refere aos riscos de morte e invalidez dos participantes, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 371/00:

A Companhia, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2005, optou por deixar de diferir os ganhos ou perdas atuariais futuros, passando a reconhecê-los imediatamente no resultado do exercício.

a) Conciliação dos ativos e passivos

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Valor justo dos ativos.....	2.139.568	1.892.531
Total do passivo atuarial	<u>(2.633.798)</u>	<u>(2.495.275)</u>
Passivo líquido	<u>(494.230)</u>	<u>(602.744)</u>

b) Movimentação do passivo atuarial

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Valor presente da obrigação atuarial total líquida (31/12/2005-2004)	2.495.275	2.432.752
Custo dos serviços correntes.....	3.326	3.437
Custo dos juros.....	308.416	313.582
Perda/(ganho) atuarial.....	9.706	(71.263)
Benefícios pagos.....	(183.034)	(183.358)
Transferência de Contrib.Definida a Benefício Definido (CD a BD).....	109	125
Valor presente da obrigação atuarial total líquida (31/12/2006-2005)	<u>2.633.798</u>	<u>2.495.275</u>

c) Movimentação do ativo do plano

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Valor justo do ativo do plano (31/12/2005-2004)	1.892.531	1.747.338
Contribuição do empregador.....	67.631	43.719
Contribuições dos empregados.....	1.978	1.841
Rendimento dos ativos do plano.....	360.353	282.866
Benefícios pagos.....	(183.034)	(183.358)
Transferência de CD a BD.....	109	125
Valor justo do ativo do plano (31/12/2006-2005)	<u>2.139.568</u>	<u>1.892.531</u>

d) Despesa prevista para:

	<u>2007</u>
Custo do serviço.....	4.306
Custo dos juros.....	325.537
Rendimento esperado dos ativos do plano.....	(287.130)
Contribuição esperada dos empregados.....	(1.634)
Total	<u>41.079</u>

e) Premissas atuariais

	<u>Taxas Nominais</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial.....	12,36%	12,36%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano.....	13,42%	12,36%
Taxa de crescimento salarial futuro.....	9,18%	9,18%
Taxa de inflação.....	6,00%	6,00%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada.....	IGP-DI	IGP-DI
Fator de capacidade do benefício/salário preservar seu poder aquisitivo.....	0,9681	0,9681
Taxa de rotatividade.....	nula	nula
Tábua de mortalidade.....	GAM-83	GAM-83
Tábua de entrada em invalidez.....	LIGHT-MÉDIA	LIGHT-MÉDIA
Tábua de mortalidade de ativos.....	Método de Hamza	Método de Hamza
Nº de participantes ativos.....	1.343	1.279
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez.....	4.086	4.080
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez.....	215	219
Nº de participantes inativos - pensionistas.....	632	605

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerando os termos da Instrução CVM nº 235/95, a Companhia procedeu a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação consideradas apropriadas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter efeito material nos valores de realização estimados.

32.1. Considerações sobre Riscos

O negócio da Companhia compreende principalmente a geração de energia para venda a empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

a. Risco de Taxa de Câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que impactem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. A Companhia não mantém operações de "hedge" ou "swap" com a finalidade de proteger-se de referido risco, em razão dos montantes e dos custos envolvidos. No entanto, quando possível, efetua a compra de câmbio antecipada e realiza operações de captação de recursos em reais, como forma de proteção cambial. As tarifas estipuladas e autorizadas pelo Poder Concedente não contemplam qualquer proteção para referidos riscos.

Em 31 de dezembro de 2006, significativa parte da dívida financeira da Companhia estava atrelada ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras, no valor total de R\$ 4.065.640 (R\$ 4.634.200 em 31 de dezembro de 2005) conforme Nota 16.

b. Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no exterior. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia possuía R\$ 1.518.808 (R\$ 2.760.795 em 31 de dezembro de 2005) em empréstimos e financiamentos, captados a taxas variáveis de juros (LIBOR).

c. Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: **(1)** para recebíveis decorrentes da receita de suprimento - o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; **(2)** para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

d. Risco Hidrológico

Quatro das principais usinas hidrelétricas da CESP, que representam 99% da energia assegurada para venda, concentram-se na área de influência da bacia do rio Paraná, região noroeste do Estado de São Paulo. As usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos operam com reservatórios de acumulação, enquanto os reservatórios de Jupia e Porto Primavera operam a fio d'água. A localização geográfica é considerada excelente, pois o rio Paraná é formado pela confluência de dois grandes rios, o Paranaíba, que desce da região centro-oeste do país, e o rio Grande, na divisa com o Estado de Minas Gerais. Além deles, o rio Tietê é afluente do rio Paraná, a montante (rio acima) da Usina de Jupia.

A Companhia construiu um canal - Canal de Pereira Barreto - de cerca de 9,6 km de comprimento, interligando os reservatórios das usinas de Três Irmãos e Ilha Solteira, o que permite sua operação integrada. Outro fator positivo é que suas usinas se situam a jusante (rio abaixo), em seqüência a inúmeros outros aproveitamentos energéticos existentes a montante, de modo que se beneficia de estar praticamente no fim da cascata, tendo a usina de Itaipu a jusante de suas usinas.

A região é tropical, de elevados índices de precipitação pluviométrica. Riscos de escassez de água por condições pluviométricas são cíclicos, de ocorrência eventual. Em situações críticas, o Poder Concedente atuará objetivando o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes. Situações hidrológicas desfavoráveis, usualmente de curta duração, são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. O MRE é um instrumento financeiro de compartilhamento de risco hidrológico que o Setor Elétrico Brasileiro dispõe e que permite ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS buscar a otimização dos recursos hidrelétricos através do despacho por usina, de modo que insuficiências temporárias de cada agente gerador do sistema, são cobertas por geração adicional de outros geradores, a uma Tarifa de Otimização - TEO de R\$ 7,25 por MWh (Resolução Normativa ANEEL nº 194, de 19 de dezembro de 2005, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2006).

32.2. Valorização dos Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2006 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

- a. **Disponibilidades e Aplicações Financeiras** - Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Companhia.
- b. **Valores a Receber - Energia Livre e CCEE** - Estes créditos decorrem basicamente de energia livre durante o período de racionamento e transações realizadas no âmbito da atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas, baseado nos preços vigentes durante o ano na CCEE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valorização na data destas demonstrações.
- c. **Investimentos** - Estão registrados ao custo de aquisição. É feita provisão para sua redução a valor de mercado, quando requerido. O valor de mercado dos demais investimentos se aproxima de seus valores contábeis.
- d. **Debêntures** - A Companhia já liquidou nove das dez emissões de debêntures que realizou. Estes títulos são negociados no mercado de balcão. Estão avaliadas conforme os critérios estipulados quando de sua emissão, conforme características definidas na Nota 16.3(8).

e. **Certificados a Termo de Energia Elétrica - CTEE's** - São títulos lançados pela CESP e se caracterizam por ter, na data da emissão, o valor unitário de 1 megawatt/hora da tarifa de fornecimento classe B-3 de uma Distribuidora de energia elétrica. A tarifa da classe B-3 é aplicável aos Consumidores Cativos e é regulada pela ANEEL para cada empresa detentora da rede de distribuição, estando sujeita ao controle e à fiscalização do Poder Concedente.

Os CTEE's são negociados em mercado de balcão e oferecem duas alternativas de resgate financeiro, prevalecendo a maior entre: **(1)** a remuneração pelo índice financeiro definido, e **(2)** a variação da tarifa B-3. Permite ainda o resgate físico, quando utilizado para pagamento de faturas de energia elétrica junto à Distribuidora, que por sua vez os utiliza para pagar sua fatura junto à CESP (Nota 16.3(9)).

A Companhia já liquidou oito das nove emissões que realizou, não tendo ocorrido resgate físico até a data.

A Companhia não mantinha transações com instrumentos financeiros derivativos à data de suas demonstrações financeiras.

33.SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas ou responsabilidades.

Tipo	Seguradora	Cobertura	Vencido.	Valor Segurado
RCG	Cia. de Seguros Gralha Azul	Indenização p/ danos pessoais e/ou materiais a terceiros	03/2007	15.000
D&O	Cia. de Seguros Gralha Azul	Responsabilidade civil - D&O	03/2007	2.000
Vida	Unibanco AIG Seguradora S.A.	Indenização p/ morte ou invalidez permanente de empregados	11/2007	4.000
Imóveis	Nobre Seguradora do Brasil S.A. ...	Prejuízos decorrentes de incêndio, raio, explosão e outros	11/2007	66.000

Em 15 de janeiro de 2007, através de pregão, foram contratadas as seguradoras Itaú Seguros, para o seguro de Responsabilidade Civil Geral - RCG a ACE Seguradora, para o seguro de Responsabilidade Civil - D&O, cujos contratos começarão a vigorar em março de 2007.

34.FATOS RELEVANTES

a) Capitalização

A CESP concluiu o processo de capitalização da Companhia, com o aporte de recursos da ordem de R\$ 3,2 bilhões, quitando ou antecipando a liquidação de diversas dívidas, conforme segue:

- Aporte de capital pelo Governo do Estado de São Paulo de R\$ 1,2 bilhão.
- Oferta pública de ações no valor de R\$ 2 bilhões.

b) Captações

- Notas de Médio Prazo no valor de US\$ 300 milhões, equivalentes a R\$ 642 milhões, em 3 de março de 2006;
- Notas de Médio Prazo no valor de US\$ 220 milhões, equivalentes a R\$ 472 milhões, em 11 de agosto de 2006;
- FIDC III no valor de R\$ 650 milhões, deduzindo-se R\$ 270 milhões concedidos como antecipação (empréstimo-ponte).

c) Principais amortizações, quitações e antecipações durante o exercício (em R\$ milhões)

- **Em moeda estrangeira:** Banco do Brasil (Lei nº 7.976/93) R\$ 637; BNDES/Brady (principal e juros) R\$ 542; Notas de Médio Prazo R\$ 448; Plano Brady R\$ 226 e Clube de Paris R\$ 57, totalizando R\$ 1.910;
- **Em moeda nacional:** BNDES R\$ 1.676; FIDC I e II R\$ 274; FIDC III (ponte) R\$ 270; FIDC III R\$ 98; Banco Itaú BBA/ABC Brasil R\$ 338; BNDES (MAE - racionamento) R\$ 195; CTEE's (8ª e 9ª emissões) R\$ 330; Debêntures (9ª e 10ª emissões) R\$ 400; totalizando R\$ 3.581.

35. EVENTOS SUBSEQÜENTES

- a)** A CESP, em 4 de janeiro de 2007, em cumprimento à determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, representada pela Resolução nº 376, de 19 de dezembro de 2005, alienou à CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, o ativo linha de transmissão Porto Primavera-Taquaruçu, que interliga as usinas de mesmo nome, no valor atualizado de R\$ 89.827 (R\$ 86.072 a preço de outubro de 2005).

Considerando a conclusão das obras do sistema de transmissão e transformação que interliga a região Sudoeste do Estado de São Paulo ao Estado de Mato Grosso do Sul, a referida linha de transmissão passou a integrar a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN.

- b)** Lançamento de Notas de Médio Prazo no mercado internacional, títulos fixados em reais e corrigidos pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, no valor de R\$ 750 milhões, equivalentes a US\$ 350 milhões, em 22 de janeiro de 2007, com vencimento final de principal em 15 de janeiro de 2011.
- c)** Nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2007, a Companhia quitou antecipadamente a Série 4 (ISIN nº XSO175440394) do Programa de Notas de Médio Prazo, no valor de R\$ 159.012, que possuía opção de resgate antecipado (call) a cada vencimento de juros, exercida pela CESP.
- d)** Os títulos identificados na Nota 16.2(3) como "b" até "d" integram o Programa de Notas de Médio Prazo da Companhia, no valor original de US\$ 700 milhões em 2001, aditado em agosto de 2006 para US\$ 975 milhões. Durante os meses de janeiro e fevereiro de 2007, os títulos das séries 1, 2 e 6 foram objeto de um processo de oferta amigável de liquidação antecipada ("tender offer"), por parte da CESP, ocasião em que foram resgatados em média, 36% do valor de principal dessas séries.

INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

ANEXO I

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Valores em milhares de reais)

	2006	2005
Caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Prejuízo do exercício.....	(118.365)	(195.761)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
Depreciação.....	480.657	478.941
Juros, variações monetárias e cambiais de empréstimos e financiamentos.....	324.321	(322.226)
Baixas de investimentos por alienação.....	7.396	-
Baixas do ativo imobilizado.....	2.369	6.140
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo - (realização)/apropriação.....	(158.751)	102.966
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo - realização.....	39.693	-
Superávit técnico atuarial - Fundação CESP.....	(109.838)	(97.568)
Obrigações fiscais - COFINS.....	23.210	27.914
Provisão p/ perda de ativos de longo prazo.....	16.818	122.559
Provisão p/ contingências - não operacional.....	11.951	-
Taxas regulamentares - RGR.....	12.151	16.224
(Reversão)/Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa.....	(650)	776
Outras.....	1.554	1.083
	<u>532.516</u>	<u>141.048</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Contas a receber de consumidores e revendedores.....	(32.968)	28.072
Valores a receber - Energia livre/RTE/CCEE.....	94.753	118.972
Valores a receber.....	(9.918)	1.403
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	(5.843)	1.734
Cauções e depósitos vinculados.....	(40.208)	(19.181)
Almoxarifado.....	2.082	(1.653)
Outros créditos.....	948	949
Despesas pagas antecipadamente.....	(235.293)	112.899
Fornecedores.....	(24.422)	47.706
Supridores de energia elétrica.....	(2.582)	17.137
Tributos e contribuições sociais.....	16.646	(15.312)
Tributos e contribuições sociais - REFIS.....	(27.248)	(15.312)
Entidade de previdência a empregados.....	(29.341)	(8.931)
Taxas regulamentares.....	9.826	10.414
Pagamento de contingências.....	(28.668)	58.431
Obrigações estimadas/folha de pagamento.....	3.727	982
Pagamento de juros.....	(1.241.057)	(341.639)
Outros passivos.....	14.280	164.455
	<u>(1.535.286)</u>	<u>161.126</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(1.002.770)	302.174
Caixa consumido nas atividades de investimentos:		
No imobilizado.....	(235.135)	(240.089)
Diminuição de caixa originado das atividades de investimentos	(235.135)	(240.089)
Caixa consumido nas atividades de financiamento:		
Subscrição e integralização de capital - acionistas minoritários.....	3.200.000	35.374
Empréstimos e financiamentos captados.....	2.900.078	2.684.941
Amortização de empréstimos e financiamentos (principal).....	(4.581.426)	(2.957.867)
Aumento/(diminuição) de caixa originado das atividades de financiamento	1.518.652	(237.552)
Aumento/(diminuição) de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata	280.747	(175.467)
Caixa e equivalentes a caixa no início do exercício.....	47.825	223.292
Caixa e equivalentes a caixa no final do exercício.....	328.572	47.825
Movimentação líquida de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata	280.747	(175.467)

ANEXO II
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Valores em milhares de reais)

	2006	2005
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas operacionais.....	2.398.136	2.102.979
Provisão/reversão p/ créditos de liquidação duvidosa.....	650	(776)
Despesas não operacionais (exceto COFINS/PIS).....	(69.802)	(63.487)
	<u>2.328.984</u>	<u>2.038.716</u>
Menos:		
Insumos		
Encargos de uso da rede elétrica/serviços do sistema.....	313.186	216.689
Energia de curto prazo.....	2.367	59.939
Serviços de terceiros.....	44.213	37.437
Materiais.....	7.379	6.633
Outros custos operacionais.....	26.357	43.271
	<u>393.502</u>	<u>363.969</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO.....	<u>1.935.482</u>	<u>1.674.747</u>
Retenções		
Depreciação	480.657	478.941
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO.....	<u>1.454.825</u>	<u>1.195.806</u>
TRANSFERÊNCIAS		
Receitas financeiras	145.288	120.283
Variações cambiais líquidas (positivas).....	336.184	775.891
Ativo/(passivo) regulatório - COFINS/PIS.....	(30.650)	35.915
Provisão p/ realização de créditos.....	(58.003)	(122.559)
Superávit Técnico Atuarial - Fundação CESP.....	109.838	97.568
Imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo não circulante).....	158.751	(102.966)
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR.....	<u>2.116.233</u>	<u>1.999.938</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal:		
Remuneração do trabalho (não inclui INSS).....	110.905	93.147
Entidade de previdência a empregados - Contribuição ao Plano.....	6.552	6.663
Entidade de previdência a empregados - Contrato (Nota 19).....	107.131	127.514
	<u>224.588</u>	<u>227.324</u>
Financiadores e alugueis:		
Juros e encargos de dívidas.....	843.962	829.360
Variações monetárias.....	498.100	635.819
Arrendamentos e alugueis.....	3.847	3.206
	<u>1.345.909</u>	<u>1.468.385</u>
Intrasetoriais - Encargos regulamentares:		
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	161.972	134.739
Reserva global de reversão - RGR e CCC.....	69.240	57.985
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	7.768	9.439
	<u>238.980</u>	<u>202.163</u>
Governos:		
INSS.....	24.593	20.115
COFINS/PIS.....	148.202	180.068
Imposto de renda.....	97.061	-
Contribuição social.....	36.624	-
CPMF.....	28.571	22.642
ICMS/ISS.....	90.070	75.002
	<u>425.121</u>	<u>297.827</u>
Prejuízo do exercício.....	<u>(118.365)</u>	<u>(195.761)</u>
TOTAL.....	<u>2.116.233</u>	<u>1.999.938</u>

INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

ANEXO III

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
EM MOEDA DE PODER AQUISITIVO CONSTANTE
(Valores em milhares de reais)

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
ATIVO		
CIRCULANTE		
Disponibilidades.....	328.572	49.656
Consumidores.....	76.535	68.208
Revendedores.....	191.510	175.872
Valores a receber - Energia livre/RTE e CCEE.....	232.603	250.176
Valores a receber	38.800	26.915
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(24.958)	(26.589)
Tributos e contribuições compensáveis.....	10.767	5.113
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	50.157	-
Almojarifado.....	13.435	16.111
Despesas pagas antecipadamente.....	93.280	23.316
Outros créditos.....	38.423	37.512
	<u>1.049.124</u>	<u>626.290</u>
NÃO CIRCULANTE		
Valores a receber - Energia livre/RTE.....	13.294	103.519
Valores a receber	45.931	47.553
Cauções e depósitos vinculados.....	135.060	98.484
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	686.570	806.153
Despesas pagas antecipadamente.....	164.469	-
Outros créditos.....	3.211	21.024
	<u>1.048.535</u>	<u>1.076.733</u>
Investimentos.....	126.624	139.152
Imobilizado.....	41.239.324	42.157.127
	<u>41.365.948</u>	<u>42.296.279</u>
	<u>42.414.483</u>	<u>43.373.012</u>
TOTAL DO ATIVO.....	<u><u>43.463.607</u></u>	<u><u>43.999.302</u></u>

ANEXO III

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
EM MOEDA DE PODER AQUISITIVO CONSTANTE**
(Valores em milhares de reais)

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE		
Fornecedores.....	63.992	91.800
Supridores de energia elétrica/Encargos de uso da rede elétrica....	50.486	55.100
Tributos e contribuições sociais.....	62.087	46.387
Tributos e contribuições sociais - REFIS.....	33.613	27.084
Encargos de dívidas.....	122.220	118.269
Empréstimos e financiamentos.....	1.227.948	1.843.645
Valores a pagar.....	32.012	114.967
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC.....	452.624	354.361
Entidade de previdência a empregados.....	37.123	45.819
Taxas regulamentares.....	75.568	51.414
Obrigações estimadas e folha de pagamento.....	17.503	14.304
Provisão para contingências.....	104.439	136.530
Outros.....	92.168	56.705
	<u>2.371.783</u>	<u>2.956.385</u>
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos.....	3.826.714	6.227.168
Valores a pagar.....	176.561	292.900
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC.....	1.163.617	1.092.319
Entidade de previdência a empregados.....	497.013	580.007
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	542.980	728.604
Tributos e contribuições sociais.....	8.420.431	8.407.171
Tributos e contribuições sociais - REFIS.....	173.189	206.628
Taxas regulamentares.....	12.151	16.845
Provisão para contingências.....	284.817	284.989
Outras obrigações.....	43.465	43.465
Outros.....	122.399	151.280
	<u>15.263.337</u>	<u>18.031.376</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social.....	11.138.206	7.867.629
Reservas de capital.....	14.059.529	14.057.315
Reservas de lucros.....	1.877.418	1.877.418
Prejuízos acumulados.....	(1.246.666)	(790.821)
	<u>25.828.487</u>	<u>23.011.541</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	<u>43.463.607</u>	<u>43.999.302</u>

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005**

EM MOEDA DE PODER AQUISITIVO CONSTANTE

(Valores em milhares de reais, exceto prejuízo por lote de mil ações)

	2006	2005
RECETA OPERACIONAL		
Fornecimento de energia.....	618.448	507.340
Suprimento de energia - Contratos.....	525.331	986.149
Suprimento de energia de leilões.....	1.157.161	447.817
Energia de curto prazo - CCEE.....	131.350	234.967
Outras receitas.....	854	725
	<u>2.433.144</u>	<u>2.176.998</u>
DEDUÇÕES À RECETA OPERACIONAL		
Quota para a reserva global de reversão - RGR.....	(70.537)	(46.248)
ICMS s/ fornecimento de energia.....	(92.163)	(77.925)
COFINS s/ receitas operacionais.....	(176.368)	(153.328)
PIS s/ receitas operacionais.....	(38.287)	(33.270)
COFINS/PIS - Lei nº 11.196/05.....	63.965	-
Ativo/(passivo) regulatório - COFINS/PIS.....	(31.695)	37.305
	<u>(345.085)</u>	<u>(273.466)</u>
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	2.088.059	1.903.532
DESPESAS OPERACIONAIS		
Pessoal.....	(144.776)	(124.434)
Material.....	(8.108)	(7.060)
Serviços de terceiros.....	(44.778)	(38.753)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(165.867)	(140.028)
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC.....	-	(13.996)
Energia de curto prazo - CCEE.....	(890)	(61.892)
Encargos de uso da rede elétrica/serviços do sistema.....	(259.172)	(183.510)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(61.407)	(41.444)
Depreciação.....	(1.134.428)	(1.135.553)
Provisões operacionais.....	(78.403)	(165.482)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	(7.793)	(9.800)
Outras despesas.....	(10.624)	(9.955)
	<u>(1.916.246)</u>	<u>(1.931.907)</u>
RESULTADO DO SERVIÇO.....	171.813	(28.375)
Entidade de Previdência a Empregados		
Juros e variações monetárias - contrato Fundação CESP.....	(107.985)	(142.503)
Superávit Técnico Atuarial - Fundação CESP.....	110.013	101.295
	2.028	(41.208)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS		
Receitas.....	113.802	117.710
Despesas		
Encargos de dívidas.....	(651.274)	(731.701)
Outras.....	(211.623)	(146.915)
Variações monetárias e cambiais líquidas.....	476.392	388.645
	<u>(386.505)</u>	<u>(489.971)</u>
	<u>(272.703)</u>	<u>(372.261)</u>
PREJUÍZO OPERACIONAL.....	(98.862)	(441.844)
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS.....	(77.590)	(105.977)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....		
	(176.452)	(547.821)
Imposto de renda.....	(89.626)	-
Contribuição social.....	(33.947)	-
Imposto de renda diferido.....	119.146	63.507
Contribuição social diferida.....	42.889	32.642
TOTAL DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	38.462	96.149
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO.....	(137.990)	(451.672)
Prejuízo por lote de mil ações		
do capital social no final do exercício - R\$.....	(0,42)	(4,23)

ANEXO III

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES
EM MOEDA DE PODER AQUISITIVO CONSTANTE
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005**

(Valores em milhares de reais, expressos em moeda de dezembro de 2006)

1. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Além das práticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, anteriormente descritas, as seguintes práticas foram adotadas na preparação das demonstrações financeiras em moeda de poder aquisitivo constante:

- 1.1. Atualizações monetárias - as atualizações monetárias foram procedidas com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M;
- 1.2. Perdas/ganhos nos itens monetários - na apuração das perdas e ganhos nos itens monetários optou-se pela utilização do critério misto. As receitas e despesas refletem valores nominais, corrigidos monetariamente até a data do balanço, ajustados pelas perdas e ganhos com ativos e passivos correspondentes. As perdas e os ganhos sem vinculação específica estão alocados em Outras Despesas Operacionais;
- 1.3. Balanço patrimonial - o ativo permanente, as outras obrigações - reversão/amortização e o patrimônio líquido foram atualizados de acordo com o critério descrito no item 1.1 acima. As demais contas do balanço patrimonial foram mantidas pelos seus montantes originais, por estarem de acordo com o poder aquisitivo da moeda em 31 de dezembro de 2006. O saldo da conta "almoxarifado" não foi atualizado monetariamente, e os saldos de contas a receber e a pagar pré-fixados não foram ajustados a valor presente, tendo em vista a imaterialidade do efeito líquido desses procedimentos;
- 1.4. Demonstração do resultado - seus componentes estão atualizados para a moeda de poder aquisitivo de 31 de dezembro de 2006;
- 1.5. Provisão para imposto de renda e contribuição social - os efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre os acréscimos patrimoniais encontram-se refletidos nas demonstrações financeiras. Os créditos fiscais relacionados aos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, disponíveis para compensação com lucros tributáveis futuros, estão reconhecidos nas demonstrações financeiras, em moeda de poder aquisitivo constante;
- 1.6. Demonstrações financeiras e notas explicativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005 - os saldos e informações referentes a 2005 foram atualizados para moeda de poder aquisitivo de 31 de dezembro de 2006, de acordo com o critério descrito no item 1.1 acima.

2. CONCILIAÇÃO DOS SALDOS PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA E EM MOEDA DE PODER AQUISITIVO CONSTANTE

	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RESULTADO	
	2006	2005	2006	2005
Pela legislação societária.....	10.146.462	7.064.827	(118.365)	(195.761)
Atualização para moeda de 31 de dezembro de 2006..	-	270.548	-	(7.497)
	10.146.462	7.335.375	(118.365)	(203.258)
Correção monetária:				
Imobilizado.....	23.788.626	23.779.157	886.509	(177.461)
Outras obrigações.....	(27.984)	(27.391)	(1.603)	(512)
Patrimônio líquido.....	-	-	(914.641)	(273.689)
Imposto de renda e C.social s/ efeitos inflacionários..	(8.078.617)	(8.075.600)	10.110	203.248
Em moeda de poder aquisitivo constante.....	25.828.487	23.011.541	(137.990)	(451.672)

3. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

3.1. Composição

	2006	2005
Imposto de renda diferido à alíquota de 6%.....	-	765
Obrigações fiscais - COFINS (Nota 14).....	341.814	331.571
Imposto de renda e Contribuição social s/ os efeitos inflacionários do permanente e patrimônio líquido.....	8.078.617	8.075.600
	8.420.431	8.407.171

3.2. Créditos de Imposto de renda e Contribuição social

A Companhia dispõe de saldo de prejuízos fiscais no montante de R\$ 1.756.958 e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 547.109, disponíveis para compensação com lucros tributáveis futuros, respeitada a limitação de 30% na sua compensação a cada exercício. Os créditos fiscais relacionados aos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, bem como decorrentes de diferenças intertemporais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras em moeda de poder aquisitivo constante pelo valor de R\$ 736.727, deverão ser realizados em até 10 anos como determina a Instrução CVM nº 371/02 (Nota 9).

DIRETORIA

GUILHERME AUGUSTO CIRNE DE TOLEDO
PRESIDENTE

VICENTE K. OKAZAKI
DIRETOR FINANCEIRO E DE
RELAÇÕES COM INVESTIDORES

HILTON PAULO DA SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SILVIO ROBERTO ARECO GOMES
DIRETOR DE GERAÇÃO OESTE

ANTONIO BOLOGNESI
DIRETOR DE GERAÇÃO LESTE

IRAMIR BARBA PACHECO
DIRETOR DE ENGENHARIA
E CONSTRUÇÃO

IVO ANTONIO FUCHS
GERENTE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CONTADOR - CRC-1PR028765/O-2" T" SP

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

DILMA SELI PENA

VICE-PRESIDENTE

ALOYSIO NUNES FERREIRA FILHO

CONSELHEIROS

ANDREA SANDRO CALABI

ANTONIO MARDEVÂNIO GONÇALVES DA ROCHA

CARLOS PEDRO JENS

FERNANDO CARVALHO BRAGA

FRANCISCO VIDAL LUNA

GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO

MAURO RICARDO MACHADO COSTA

NELSON VIEIRA BARREIRA

ROGÉRIO DA SILVA

SIMÃO JATENE

SOLANGE PAIVA VIEIRA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CESP - Companhia Energética de São Paulo, dando cumprimento ao que dispõem os itens I, II, VII do artigo 163 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Origens e Aplicações de Recursos e das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005, complementados por Notas Explicativas, bem como Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício.

Com fundamento nos exames realizados nos esclarecimentos prestados pela Diretoria e no Parecer dos Auditores Independentes, este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

São Paulo, 20 de março de 2007.

AMÂNCIO ACURSIO GOUVEIA

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO

ATÍLIO GERSON BERTOLDI

PEDRO DE CARVALHO

RAIMUNDO F. ALENCAR DE MELO

Parecer dos auditores independentes

Aos Acionistas e Administradores da
CESP - Companhia Energética de São Paulo
São Paulo - SP

1. Examinamos o balanço patrimonial da CESP - Companhia Energética de São Paulo, levantado em 31 de dezembro de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CESP - Companhia Energética de São Paulo em 31 de dezembro de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As informações suplementares contidas nos Anexos I, II e III, referentes, respectivamente, às demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado e às demonstrações financeiras em moeda de poder aquisitivo constante, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Essas informações foram por nós examinadas de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, a Companhia, nos termos das normas vigentes, contabilizou as transações de compra e venda de energia realizadas no âmbito do antigo Mercado Atacadista de Energia - MAE (atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE), as quais se encontram registradas pelos valores originais, em 31 de dezembro de 2006, no ativo circulante por R\$232.603 mil (R\$240.949 mil em 2005), no ativo realizável a longo prazo por R\$13.294 mil (R\$99.701 mil em 2005) e no passivo circulante por R\$22.301 mil em 31 de dezembro de 2005. Essa contabilização tomou por base cálculos elaborados e divulgados pelo MAE e resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. No entanto, referidos montantes poderão sofrer modificações em virtude de decisões judiciais de processos em andamento, movidos por empresas do setor e decorrentes de interpretação das regras do mercado, cujo desfecho, não previsível nas circunstâncias, afetará todos os agentes do setor.
6. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas e nosso parecer, emitido em 8 de março de 2006, continha dois parágrafos de ênfase - um similar ao parágrafo 5 anterior e outro relacionado à situação patrimonial e financeira da Companhia, cujo passivo circulante excedia seu ativo circulante e pelo montante de seu endividamento. A Administração implementou determinadas ações em julho e agosto de 2006 e continua a implementar outras ações a partir de 2007, conforme comentado nas notas explicativas nº 1, nº 2, nº 16.3 e nº 34, que resultaram no aumento de capital da Companhia no montante de R\$3.200.000 mil e a colocação de notas no mercado internacional no montante aproximado de R\$1.112.000 mil com o objetivo de capitalizar a Companhia e de melhorar o perfil da dívida de curto prazo, incluindo a liquidação de parte do endividamento.

São Paulo, 9 de março de 2007.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasion
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3